



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 05 | Maio 2013



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia e do Emprego

GPEARI

**Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação
e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: Maio de 2013

Elaborado com informação disponível até ao dia 24 de maio.

Editores:

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia e do Emprego

Avenida da República, 79, 1.º

1050-243 Lisboa

Telefone: +351 21 7998158

Fax: +351 21 7998154

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Av. Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823396

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: bmep@gpeari.min-financas.pt

ISSN: 1646-9062



(Esta publicação respeita as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa)

Índice

<hr/>	
Conjuntura	5
Sumário	7
1. Enquadramento Internacional	11
2. Conjuntura Nacional	15
3. Comércio Internacional	27
<hr/>	
Destaques	33
Previsões Macroeconómicas da CE, FMI e OCDE - Primavera de 2013	35
<hr/>	
Iniciativas e Medidas Legislativas	39
<hr/>	
Abreviaturas Utilizadas	49

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- * No primeiro trimestre de 2013, a produção industrial mundial desacelerou para 1,5% em termos homólogos (2,0% no quarto trimestre de 2012) devido à desaceleração dos países emergentes e em desenvolvimento (especialmente asiáticos) apesar de continuarem a apresentar um crescimento robusto. Pelo contrário, a produção industrial das economias avançadas melhorou ligeiramente (com destaque para o Japão e a União Europeia) embora a variação se tenha mantido negativa. O comércio mundial de mercadorias acelerou neste período, em resultado da evolução ascendente registada das exportações mundiais, nomeadamente na melhoria deste indicador para as economias avançadas, as quais apresentaram uma variação menos negativa do que no 4.º trimestre de 2012.
- * Até ao mês de maio de 2013, os índices bolsistas internacionais registaram uma evolução globalmente positiva, associado, em parte, no caso da área euro, à melhoria das condições de financiamento no exterior dos países da periferia mais atingidos pela crise de dívida soberana. Prosseguindo a tendência dos últimos meses, a política monetária da área do euro caracterizou-se por ser acomodatória, tendo o Banco Central Europeu decidido reduzir, a 2 de maio, a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento em 25 pontos base, para 0,50% e a taxa aplicável à facilidade permanente de cedência de liquidez em 50 pontos base, para 1,0%. No entanto, apesar da evolução favorável dos mercados financeiros internacionais e da redução das taxas de juro diretoras do BCE, mantém-se a incerteza acerca das perspetivas económicas mundiais e os progressos devem ser lentos e fragmentados. A taxa de câmbio do euro face ao dólar depreciou-se, situando-se, no dia 24 de maio, em 1,29.
- * No 1.º trimestre de 2013, o PIB da OCDE manteve um crescimento de 0,8% em termos homólogos reais, influenciado por uma deterioração das principais economias da área do euro, com exceção da Itália e por uma desaceleração do Japão; enquanto o crescimento dos EUA se reforçou e o do Reino Unido melhorou.
- * Nos EUA, o PIB acelerou para 1,8% em termos homólogos reais no 1.º trimestre de 2013 (1,7% no 4.º trimestre de 2012), para o qual contribuiu sobretudo a melhoria do consumo privado. O investimento privado abrandou mas manteve um forte crescimento, especialmente robusto do segmento residencial. O contributo das exportações líquidas diminuiu, mas manteve-se positivo, devido à conjugação do abrandamento das exportações e da aceleração das importações. Os indicadores disponíveis para o início do 2.º trimestre indicam um crescimento mais fraco da atividade industrial e dos serviços; enquanto as vendas a retalho aceleraram. Em abril de 2013, a taxa de desemprego desceu para 7,5% e a taxa de inflação homóloga diminuiu para 1,1% (1,5% em março).
- * No 1.º trimestre de 2013, o PIB da União Europeia (UE) e o da área do euro (AE) diminuiu 0,7% e 1% em termos homólogos reais (-0,6% e -0,9%, respetivamente, no 4.º trimestre de 2012). No decurso do primeiro trimestre, os indicadores quantitativos para a área do euro indicam uma melhoria da produção industrial e das vendas a retalho, embora continuem a apresentar uma quebra; enquanto as exportações abrandaram. Em abril de 2013, o indicador de sentimento económico diminuiu tanto para a UE como para a AE, invertendo a tendência ascendente registada entre outubro/novembro de 2012 e fevereiro de 2013, em resultado da deterioração da generalidade dos indicadores de confiança, com exceção do indicador de confiança dos consumidores. No 1.º trimestre de 2013, a taxa de desemprego subiu tanto na UE como na AE, para 10,9% e 12%, respetivamente (10,7% e 11,8%, no 4.º trimestre de 2012) e a taxa de inflação homóloga da área do euro diminuiu para 1,2% em abril de 2013 (1,7%, em março).

Conjuntura Nacional

- * A estimativa rápida das Contas Nacionais Trimestrais do INE para o 1.º trimestre de 2013 aponta para uma quebra real de 3,9% do PIB, uma deterioração de 0,1p.p. face ao trimestre anterior. Em cadeia, o PIB registou uma quebra de 0,3%, (que compara com uma quebra de 1,8%, no trimestre anterior) em resultado de uma melhoria do contributo positivo da procura externa líquida;
- * A taxa de desemprego do 1.º trimestre de 2013 foi 17,7%, segundo o INE (+0.8p.p. face ao trimestre passado). O desemprego registado pelo IEFP em abril foi de 728,5 mil, um valor 11,1% acima do registado em abril de 2012. As ofertas e as colocações de emprego, por seu turno, tiveram crescimentos homólogos no trimestre terminado em abril de 42 e 47,1%, respetivamente.
- * Em abril de 2012 o indicador de clima económico do INE melhorou ligeiramente face ao 1.º trimestre (+0,5 p.p.);
- * A taxa de inflação do mês de abril foi de 0,2%. Já a média móvel a 12 meses situou-se em 1,7%.
- * Até abril, o défice global provisório das Administrações Públicas (AP), na ótica da contabilidade pública, foi de 2548,4M€, superior em 795,5M€ face ao período homólogo. Para este comportamento contribuíram principalmente a redução dos excedentes dos Serviços e Fundos Autónomos (em 434,2M€, devido à diminuição do excedente dos FSA excluindo as EPR, em 270,7M€, e ao aumento do défice das EPR, em 163,5M€) e da Segurança Social (em 216,9M€) e o agravamento do saldo da Administração Local (que passou de um excedente de 42,8M€ para um défice de 150,1M€). Em sentido contrário, o Estado contribuiu para a redução do défice das AP ao diminuir o défice de 3028,6M€ até abril de 2012 para 2977,6M€ no mesmo período de 2013.
- * A execução financeira consolidada¹ provisória do SNS no primeiro quadrimestre do ano indica um saldo de 4,3M€, que compara com o défice de 71,4M€ registado no período homólogo.
- * De acordo com os dados publicados pelo Banco de Portugal, no final de março de 2013, a dívida pública das Administrações Públicas atingiu 208,3 mil M€, menos 519M€ do que no final de fevereiro.

Comércio Internacional

- * Os **resultados preliminares das estatísticas do comércio internacional** recentemente divulgados² apontam para um crescimento homólogo das exportações de mercadorias de 0,3% no primeiro trimestre de 2013. Neste mesmo período, as importações decresceram 7,2%, o que levou a uma recuperação do défice da balança comercial (fob-cif) de 36,6%, correspondendo a 1 075 milhões de euros. A taxa de cobertura das importações pelas exportações atingiu os 86,2%, mais 6,5 p.p. que em igual período de 2012.
- * Nos primeiros três meses de 2013, as exportações de mercadorias, **excluindo os produtos energéticos**, registaram uma quebra de 1,5%, as importações decresceram a uma taxa mais acentuada (-4,9%) mas ainda assim inferior à registada pelas importações totais (-7,2%). A melhoria do saldo negativo da respetiva balança comercial foi de 49,7%.
- * No último ano a terminar em março de 2013, as exportações de mercadorias cresceram 3% em termos homólogos, sendo que a maioria dos grupos contribuiu positivamente para este comportamento. Destaca-se o contributo dos “Energéticos” (+1,0 p.p.), das “Máquinas” (+0,9 p.p.) e dos “Químicos” (+0,8 p.p.). Nos primeiros três meses de 2013, deve igualmente destacar-se o contri-

¹ Considerando a despesa efetivamente realizada e os compromissos assumidos, em consonância com o princípio de registo em base de compromissos.

² Resultados mensais preliminares de janeiro a março de 2013. Os dados divulgados para o ano de 2012 e presentes nos quadros e análise da secção 3. Comércio Internacional correspondem a uma nova versão preliminar face aos dados previamente apresentados. Os dados de 2011 correspondem a resultados definitivos.

buto positivo dos produtos “Energéticos” (+1,7 p.p.), seguido do contributo dos “Agroalimentares” (+0,5 p.p.) e dos “Químicos” (+0,4 p.p.).

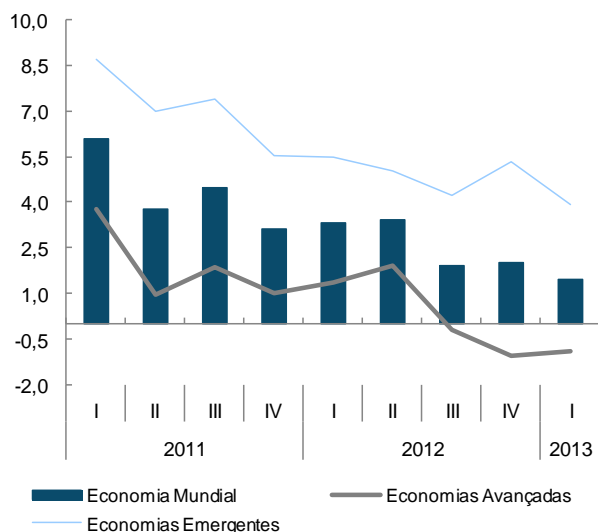
- * No primeiro trimestre de 2013, as **exportações para o mercado comunitário** registaram, uma variação homóloga negativa (-1,4 %) contribuindo negativamente (-1,0 p.p.) para o crescimento das exportações totais de mercadorias. Em particular, as exportações para os países da UE-15 registaram uma quebra de 1,5 % (contributo de -1,0 p.p. para o total das exportações) enquanto as exportações para os países do Alargamento cresceram 0,5 % em termos homólogos. As exportações para Espanha, o principal mercado de destino das exportações portuguesas de mercadorias (23,4% do total de janeiro a março de 2013), registaram o maior contributo Intra UE-15 para o crescimento das exportações (+0,5 p.p.), seguidas das exportações para os Países Baixos e Itália (+0,4 p.p. e +0,2 p.p. respetivamente).
- * De janeiro a março de 2013, as exportações para os Países Terceiros registaram uma taxa de variação homóloga positiva superior à das exportações totais (4,7%), passando a representar 28,5 % do total das exportações nacionais (+1,2 p.p. face ao período homólogo). Destaca-se o comportamento positivo das exportações para a Argélia (+133,1%), o Brasil (+23,7%) e Marrocos (+19,7%).
- * De janeiro a março de 2013, as exportações de produtos industriais transformados registaram uma variação homóloga positiva de 0,3%. As exportações de produtos de baixa e média-baixa intensidade tecnológica contribuíram positivamente para o crescimento das exportações deste tipo de produtos (+1,2 p.p. e +1,0 p.p. respetivamente).
- * De acordo com os dados da Balança de Pagamentos divulgados para o mês de fevereiro de 2013, as Exportações de Bens e Serviços registaram um crescimento homólogo de 2,5% nos primeiros dois meses de 2013. A componente de Serviços registou uma melhor performance relativamente à dos Bens (3,1% e 2,2%, respetivamente) no entanto a componente de Bens foi a que mais contribuiu para o crescimento do total das exportações (1,7 p.p.).

1. Enquadramento Internacional

Atividade Económica Mundial

No 1.º trimestre de 2013, a produção industrial mundial abrandou para 1,5% em termos homólogos (2,0% no 4.º trimestre de 2012) devido à desaceleração dos países emergentes e em desenvolvimento (especialmente asiáticos). Pelo contrário, a produção das economias avançadas melhorou ligeiramente (com destaque para o Japão e União Europeia) embora a variação se tenha mantido negativa.

Figura 1.1. Produção Industrial
(VH, em %)



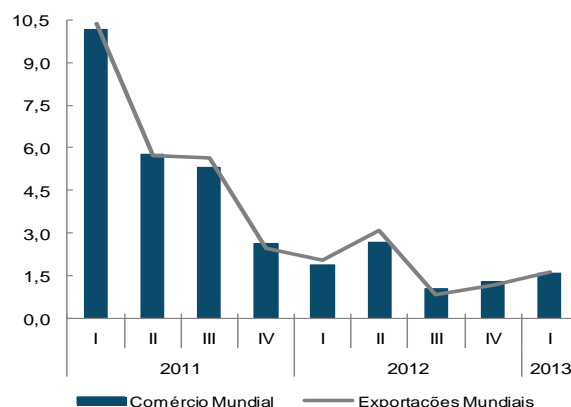
Fonte: CPB.

O comércio mundial de mercadorias acelerou, em resultado da evolução ascendente registada nas exportações mundiais. As importações mundiais estabilizaram neste período.

De facto, no 1.º trimestre de 2013 e, em termos homólogos reais:

- o comércio mundial aumentou para 1,6% (1,3% no 4.º trimestre de 2012);
- as exportações mundiais aceleraram para 1,6% (1,1% no 4.º trimestre de 2012); enquanto as importações mundiais mantiveram o crescimento de 1,5%.

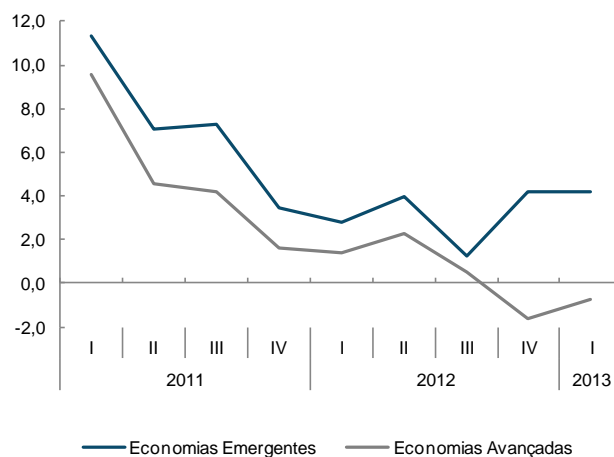
Figura 1.2. Comércio Mundial e Exportações de Mercadorias (VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

As trocas comerciais mundiais melhoraram no 1.º trimestre de 2013 devido à melhoria das exportações das economias avançadas (especialmente do Japão e da área do euro), as quais apresentaram uma variação menos negativa do que no período precedente. Também, é de assinalar que as importações dos países emergentes registaram um fortalecimento no seu crescimento, contrariamente à evolução das economias avançadas, as quais se deterioraram, associadas ao pior desempenho dos EUA.

Figura 1.3. Exportações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

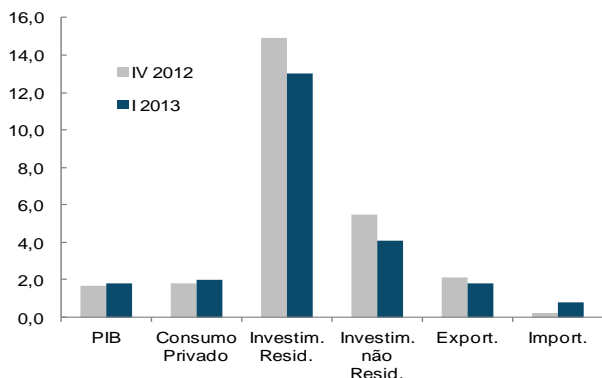
Quadro 1.1. Indicadores de Atividade Económica Mundial

Indicador	Unidade	Fonte	2012	2012				2013	2012	2013		
				1T	2T	3T	4T	1T	dez	jan	fev	mar
Índice de Produção Industrial Mundial	VH	CPB	2,7	3,3	3,4	1,9	2,0	1,5	1,9	1,4	1,2	1,7
Economias Avançadas	VH	CPB	0,5	1,3	1,9	-0,2	-1,1	-0,9	-0,8	-1,5	-1,0	-0,2
Economias Emergentes	VH	CPB	5,0	5,5	5,0	4,2	5,3	3,9	4,8	4,6	3,6	3,7
Comércio Mundial de Mercadorias	VH	CPB	1,7	1,9	2,7	1,1	1,3	1,6	0,0	2,4	1,1	1,3
Importações Mundiais	VH	CPB	1,7	1,7	2,2	1,3	1,5	1,5	0,3	2,6	0,9	1,1
Economias Avançadas	VH	CPB	-0,4	0,2	0,4	-0,3	-1,7	-2,1	-3,4	-0,8	-1,7	-3,7
Economias Emergentes	VH	CPB	4,1	3,6	4,4	3,1	5,2	5,8	4,7	6,6	3,9	6,8
Exportações Mundiais	VH	CPB	1,8	2,0	3,1	0,9	1,1	1,6	-0,2	2,2	1,2	1,5
Economias Avançadas	VH	CPB	0,5	1,4	2,2	0,5	-1,7	-0,7	-3,6	-0,5	-1,0	-0,7
Economias Emergentes	VH	CPB	3,0	2,8	4,0	1,2	4,2	4,2	3,4	5,0	3,5	3,9

Atividade Económica Extra-UE

Nos **EUA**, o PIB acelerou para 1,8% em termos homólogos reais no 1.º trimestre de 2013, influenciado sobretudo pela melhoria do consumo privado, para 2,0%. O investimento privado abrandou mas manteve um forte crescimento, especialmente robusto no segmento residencial. O contributo das exportações líquidas para o crescimento do PIB diminuiu, devido à conjugação do abrandamento das exportações e da aceleração das importações, apesar de ter continuado positivo.

Figura 1.4. PIB e componentes da Despesa em volume nos EUA (VH, em %)

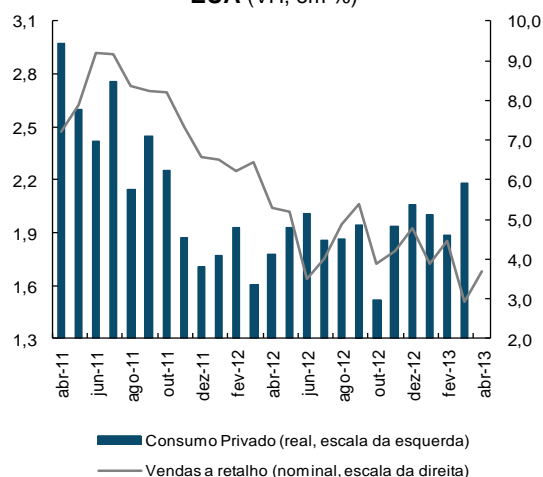


Fonte: Bureau of Economic Analysis.

Os indicadores disponíveis para o início do 2.º trimestre de 2013 indicam um crescimento mais fraco da atividade industrial e dos serviços nos EUA. Assim, em abril de 2013 e, em termos homólogos:

- a produção industrial abrandou para 1,4% (2,9% em março) seguindo a mesma tendência dos indicadores de confiança dos empresários da indústria e dos serviços;
- as vendas a retalho aceleraram para 3,7% em termos nominais (2,9% em março);
- a taxa de desemprego desceu para 7,5% e a taxa de inflação diminuiu para 1,1% (1,5% em março).

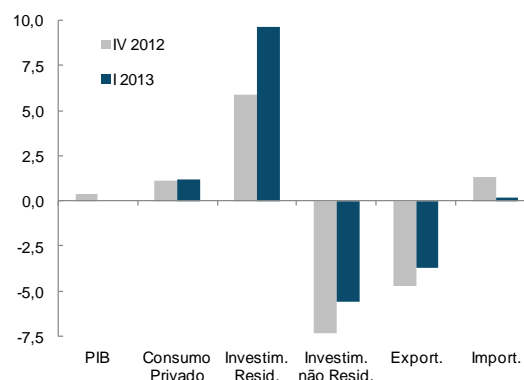
Figura 1.5. Consumo Privado e Vendas a Retalho dos EUA (VH, em %)



Fonte: Bureau of Economic Analysis.

A economia do **Japão** abrandou, tendo o PIB apresentado um crescimento nulo em termos homólogos reais no 1.º trimestre de 2013 (+0,4%, no 4.º trimestre de 2012), em resultado sobretudo do menor crescimento do consumo e investimento público. Pelo contrário, o investimento privado residencial fortaleceu-se, o investimento privado não residencial e as exportações apresentaram uma variação menos negativa.

Figura 1.6. PIB e componentes da Despesa em volume no Japão (VH, em %)



Fonte: Instituto de Estatística do Japão.

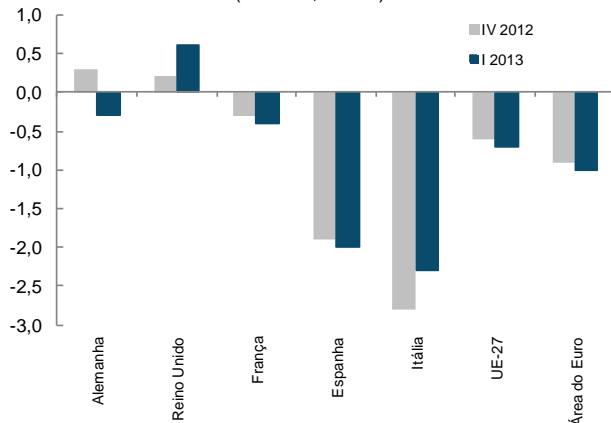
Quadro 1.2. Indicadores de Atividade Económica Extra-UE

Indicador	Unidade	Fonte	2012	2012				2013	2013			
				1T	2T	3T	4T	1T	jan	fev	mar	abr
EUA – PIB real	VH	BEA	2,2	2,4	2,1	2,6	1,7	1,8	-	-	-	-
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	3,8	4,5	4,8	3,4	2,5	2,1	1,6	2,0	2,9	1,4
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	51,7	53,0	52,3	50,9	50,6	52,9	53,1	54,2	51,3	50,7
Índice ISM dos Serviços	%	"	57,7	59,1	54,5	57,6	59,5	56,6	56,4	56,9	56,5	55,0
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	76,5	75,5	76,3	75,0	79,4	76,7	73,8	77,6	78,6	76,4
Taxa de Desemprego	%	BLS	8,1	8,3	8,2	8,1	7,8	7,7	7,9	7,7	7,6	7,5
China – PIB real	VH	NBSC	7,8	8,1	7,6	7,4	7,9	7,7	-	-	-	-
Exportações	VH	MC	7,9	8,9	10,4	4,5	9,5	18,9	25,0	21,8	10,0	14,7
Japão – PIB real	VH	COGJ	2,0	3,2	4,0	0,4	0,4	0,0	-	-	-	-

Atividade Económica da UE

No 1.º trimestre de 2013, o PIB da União Europeia (UE) e o da área do euro (AE) diminuiu 0,7% e 1% em termos homólogos reais (-0,6% e -0,9%, respetivamente, no 4.º trimestre de 2012). De entre as principais economias, destaca-se uma deterioração do PIB da Alemanha, França, Espanha e Países Baixos; enquanto se assistiu a um desempenho menos negativo da Itália e a um reforço do Reino Unido.

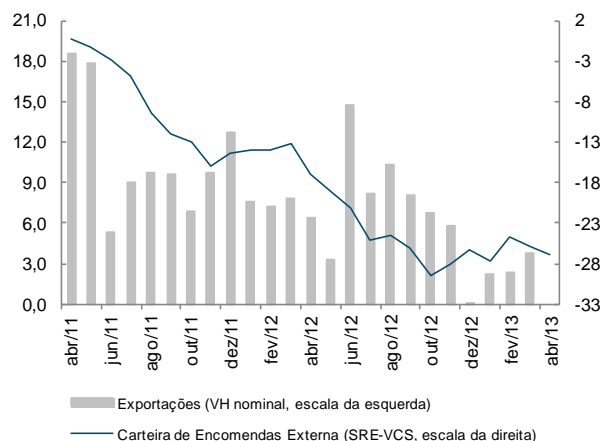
Figura 1.7. PIB da União Europeia
(VH real, em %)



Fonte: Eurostat.

Os indicadores quantitativos para a área do euro no decurso do 1.º trimestre de 2013 indicam alguma melhoria da produção industrial e das vendas a retalho, embora continuem a apresentar uma quebra. Já em relação às exportações, estas abrandaram para 2,8% em termos homólogos nominais (4,2% no 4.º trimestre de 2012).

Figura 1.8. Exportações e Encomendas Externas da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Quadro 1.3. Indicadores de Atividade Económica da UE

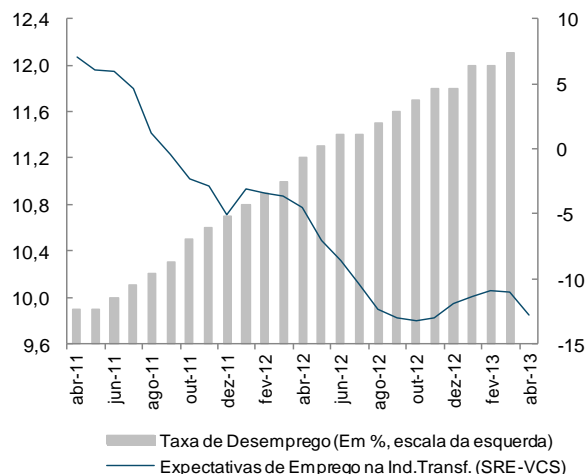
Indicador	Unidade	Fonte	2012	2012				2013	2013			
				1T	2T	3T	4T	1T	jan	fev	mar	abr
União Europeia (UE-27) – PIB real	VH	Eurostat	-0,3	0,1	-0,3	-0,4	-0,6	-0,7	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	90,9	94,4	92,5	88,3	88,5	91,3	90,9	91,5	91,5	89,7
Área do Euro (AE-17) – PIB real	VH	Eurostat	-0,6	-0,1	-0,5	-0,7	-0,9	-1,0	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	90,5	95,4	92,5	87,4	86,8	90,1	89,7	90,4	90,1	88,6
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	-2,3	-1,7	-2,1	-2,4	-3,1	-2,4	-2,6	-3,0	-1,6	:
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	-1,9	-1,3	-1,8	-1,8	-2,7	-2,0	-1,9	-1,8	-2,2	:
Taxa de Desemprego	%	"	11,4	10,9	11,3	11,5	11,8	12,0	12,0	12,0	12,1	:
IHPC	VH	"	2,5	2,7	2,5	2,5	2,3	1,9	2,0	1,9	1,7	1,2

Em abril de 2013, o indicador de sentimento económico diminuiu tanto para a União Europeia como para a área do euro, invertendo a tendência ascendente registada entre outubro/novembro de 2012 e fevereiro de 2013, em resultado da deterioração da generalidade dos indicadores de confiança, com exceção do indicador de confiança dos consumidores.

No 1.º trimestre de 2013, a taxa de desemprego subiu tanto na UE como na AE, para 10,9% e 12%, respetivamente (10,7% e 11,8%, no 4.º trimestre de 2012).

Em linha com a evolução da taxa de desemprego, em abril de 2013, as expectativas dos empresários da área do euro quanto à criação de emprego pioraram para todos os setores (indústria transformadora, construção, serviços e comércio a retalho).

Figura 1.9. Taxa de Desemprego e Expectativas de Emprego na Indústria da Área do Euro



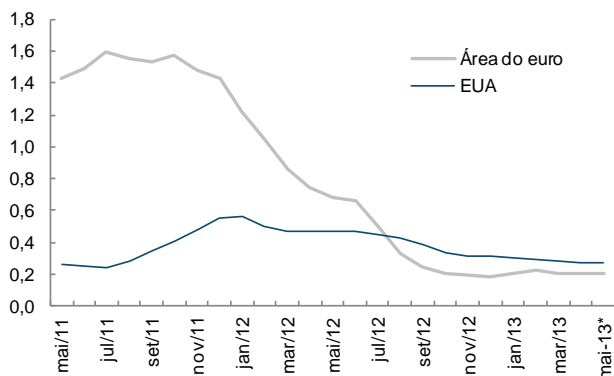
Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em abril de 2013, a taxa de inflação da área do euro diminuiu para 1,2% em termos homólogos (1,7% em março) e para 2,2% em termos de variação dos últimos 12 meses (2,3% em março). A evolução descendente da inflação resultou sobretudo da forte desaceleração dos preços de energia, os quais apresentaram uma quebra de 0,4% em termos homólogos (+1,7% em março).

Mercados Financeiros e Matérias-Primas

A 2 de maio de 2013, o Conselho do Banco Central Europeu decidiu baixar a taxa diretora para 0,50% (0,75%) e a taxa de juro da facilidade permanente de cedência de liquidez para 1,0% (1,5%). Em maio, as taxas de juro de curto prazo desceram ligeiramente tanto para a área do euro como para os EUA, para se situarem, até ao dia 24, em 0,20% e 0,27%, respetivamente.

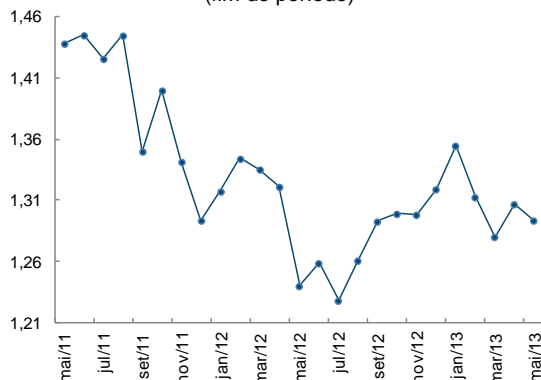
Figura 1.10. Taxa de Juro a 3 meses do Mercado Monetário (Média mensal, em %)



Fonte: BCE; IGCP. * Média até ao dia 24.

Em abril de 2013, as taxas de juro de longo prazo diminuíram quer para a área do euro quer para os EUA, ambos atingindo o valor mais baixo deste ano. Apesar das fracas perspetivas de crescimento económico, assistiu-se a uma diminuição significativa da perceção do risco na área do euro, especialmente em alguns países periféricos, mais atingidos pela crise de dívida soberana (Irlanda, Portugal, Espanha e Itália).

Figura 1.11. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)



Fonte: Banco de Portugal. Para maio, o valor é do dia 24.

Quadro 1.4. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

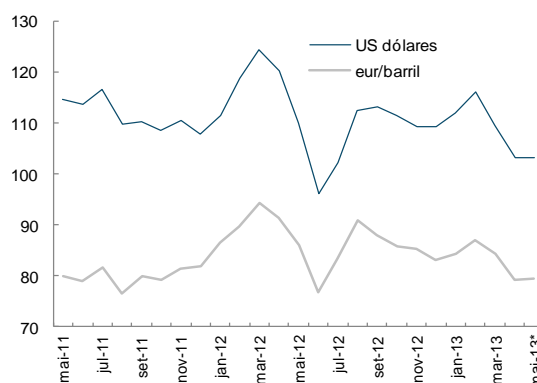
Indicador	Unidade	Fonte	2012	2012				2013	2013			
				1T	2T	3T	4T	1T	jan	fev	mar	abr
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	0,19	0,78	0,66	0,22	0,19	0,21	0,23	0,21	0,21	0,21
Yield OT 10 anos – EUA**	%	Eurostat	1,80	2,04	1,82	1,64	1,71	1,95	1,91	1,98	1,96	1,76
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	4,02	4,39	4,27	3,99	3,41	3,14	3,11	3,21	3,09	2,87
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1,319	1,336	1,259	1,293	1,319	1,28	1,36	1,31	1,28	1,31
Dow Jones*	VC	Yahoo	7,3	8,1	-2,5	4,3	-2,5	11,3	5,8	14	3,7	1,8
DJ Euro Stoxx50*	VC	"	13,8	6,9	-8,6	8,4	7,4	-0,5	2,5	-2,6	-0,4	3,4
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	111,58	118,21	108,78	109,31	110,01	112,56	112,07	116,14	109,46	103,19
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	"	0,7	12,4	-7,1	-2,6	1,0	-4,8	0,5	-2,2	-12,0	-14,2
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	9,0	17,3	4,2	10,0	4,9	-5,4	-2,4	-3,2	-10,4	-13,3
Preço Relativo do Petróleo em euros***	1979=100	GEE	86,7	88,4	88,3	84,6	85,8	84,4	84,1	85,9	83,2	80,6

* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramos de petróleo bruto em euros e o deflator do PIB em Portugal (sempre que não haja deflator, utiliza-se o último deflator conhecido). Nota: O preço do Petróleo Brent de 2009 a 2013 corresponde à média diária do IGCP.

Em maio de 2013, a taxa de câmbio do euro face ao dólar depreciou-se, situando-se, no dia 24, em 1,29 (1,31 no final de abril).

Em abril de 2013, o índice de preços relativo do preço do petróleo importado desceu para 80,6 (por memória atingiu o valor 100 durante a crise petrolífera de 1979). Em maio de 2013, e até dia 24, o preço do petróleo Brent estabilizou, para se situar, em média, em 103 USD/bbl (79 €/bbl), mantendo-se as preocupações relacionadas com as perspetivas de uma fraca procura proveniente das economias avançadas.

Figura 1.12. Preço médio Spot do Petróleo Brent (Em USD e euros)



Fontes: DGEG, IGCP e BP. * Média dos dias 1 a 24.

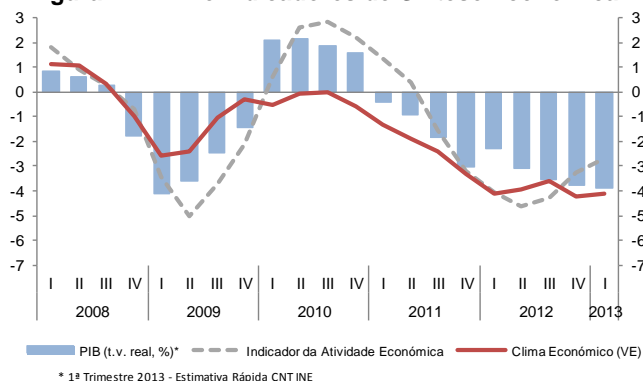
Em abril de 2013, o preço das matérias-primas não energéticas desacelerou, tendo diminuído 3,7% em termos homólogos (-2,2% em março), tendência que se estendeu a todos os bens, com particular destaque para a forte quebra registada nos preços dos metais, os quais caíram cerca de 10% em termos homólogos (-8% no mês precedente).

2. Conjuntura Nacional

Atividade Económica e Oferta

A estimativa rápida das Contas Nacionais Trimestrais do INE para o 1.º trimestre de 2012 aponta para uma variação homóloga de -3,9% do PIB (-3,8% no 4.º trimestre de 2011), resultante de uma queda mais significativa do Investimento, nomeadamente FBCF Construção, atenuada por um contributo mais positivo da procura externa. Esta última é particularmente influenciada por uma diminuição mais acentuada das Importações de Bens e Serviços. É no entanto de salientar um comportamento mais favorável em cadeia (-0,3% comparado com os -1,8% do 4.º trimestre de 2012).

Figura 2.1. PIB e Indicadores de Síntese Económica



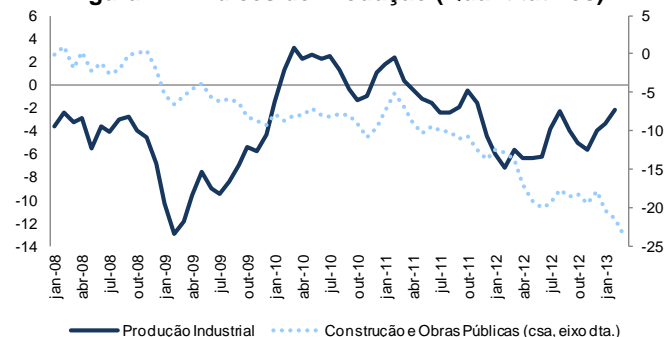
Fonte: INE.

Os dados quantitativos disponíveis relativos ao 1.º trimestre, mostram que, em termos médios homólogos:

- na indústria transformadora, o índice de produção diminuiu 3,1% e o índice de volume de negócios decresceu -6,4% (-2,1% e -3,4% no trimestre anterior, respetivamente);
- o índice de produção na construção e obras públicas continua em quebra acentuada (-23,7% quando no último trimestre de 2012 apresentava uma variação homóloga de -17,9%);
- o índice de volume de negócios nos serviços apresentou uma quebra face ao período homólogo de 9,3% (-0,5 p.p. face ao 4.º trimestre de 2012);
- o Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho registou uma queda de 4,9%, uma melhoria de 1,5 p.p. face ao trimestre anterior;

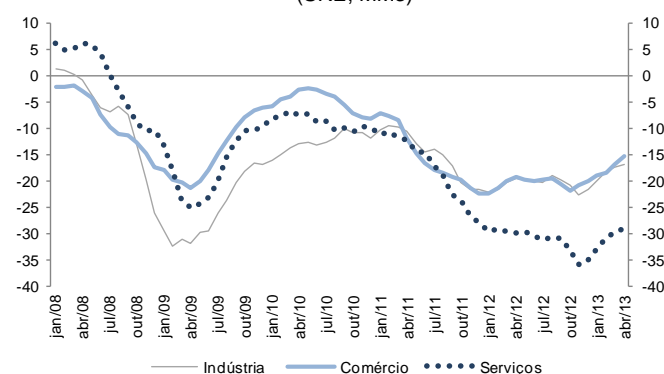
- o indicador de clima económico registou uma ligeira subida face ao trimestre anterior.

Figura 2.2. Índices de Produção (Quantitativos)



No mesmo período, segundo os dados divulgados pelo INE, no mês de abril, todos os indicadores de confiança sem exceção, atenuaram a sua tendência de quebra, registando ligeiras subidas face ao trimestre anterior. O mesmo comportamento se reflete no Indicador de Atividade Económica, que reforçou a tendência de recuperação que tem revistado desde o 2.º trimestre de 2012.

Figura 2.3. Indicadores de Confiança (SRE, MM3)



Fonte: INE.

Quadro 2.1. Indicadores de Atividade Económica e Oferta

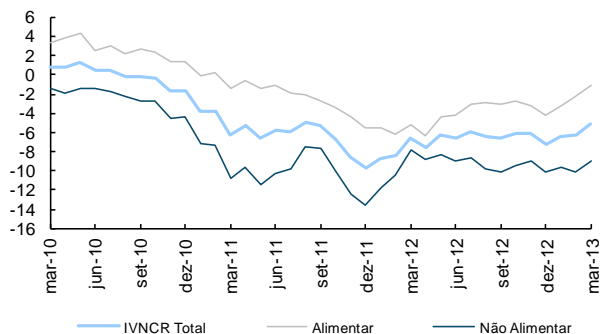
Indicador	Unidade	Fonte	2012	2012				2013	2012	2013			
				1T	2T	3T	4T	1T	dez	jan	fev	mar	abr
PIB – CN Trimestrais	VH Real	INE	:	-2,3	-3,1	-3,5	-3,8	3,9*	:	:	:	:	:
Indicador de Clima Económico	SRE-VE	"	-4,0	-4,1	-3,9	-3,6	-4,2	-4,1	-4,4	-4,3	-4,2	-3,9	-3,6
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VCS	"	-20,3	-20,2	-19,9	-19,6	-21,4	-17,2	-18,2	-18,6	-17,5	-15,6	-17,7
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	-20,1	-19,9	-19,9	-20,5	-19,9	-16,7	-19,7	-19,9	-15,8	-14,4	-15,6
Indicador de Confiança dos Serviços	"	"	-31,5	-29,6	-30,3	-31,0	-35,2	-29,7	-31,9	-31,0	-30,1	-28,1	-29,0
Indicador de Confiança da Construção	"	"	-70,4	-68,8	-71,5	-70,5	-70,7	-65,7	-67,5	-68,2	-64,4	-64,5	-63,3
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	-3,0	-1,7	-4,9	-3,0	-2,1	-3,1	-3,5	-3,3	-3,6	-2,4	:
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	-3,1	0,5	-4,3	-5,3	-3,4	-6,4	-6,3	-2,8	-7,1	-8,8	:
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	-9,7	-9,0	-11,0	-10,1	-8,8	-9,3	-12,9	-6,4	-10,9	-10,5	:

* Estimativa Rápida INE.

Consumo Privado

No 1.º trimestre de 2013, o Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho caiu 5,1% face ao período homólogo (no trimestre terminado em fevereiro tinha caído 6,2%). A componente alimentar registou uma variação homóloga de -1,2%, ao passo que na componente não-alimentar a variação foi de -9%.

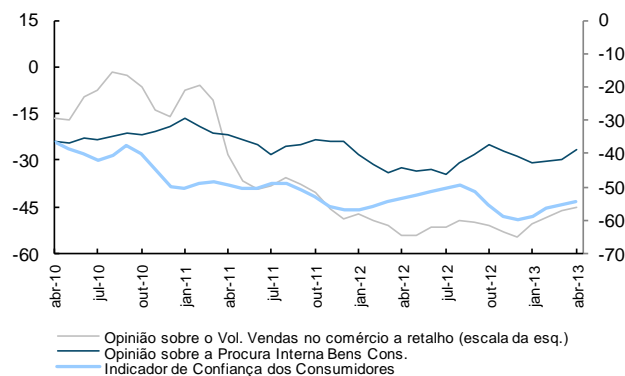
Figura 2.4. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho (MM3, VH)



Fonte: INE.

As opiniões dos empresários quanto às perspetivas sobre o volume de vendas no comércio a retalho e a procura interna de bens de consumo melhoraram no trimestre terminado em abril face ao 1.º trimestre de 2013. O Indicador de Confiança dos Consumidores também melhorou neste período, sendo que das suas 4 componentes, apenas a que diz respeito às oportunidades de poupança nos próximos 12 meses obteve um pior resultado em abril do que no mês anterior.

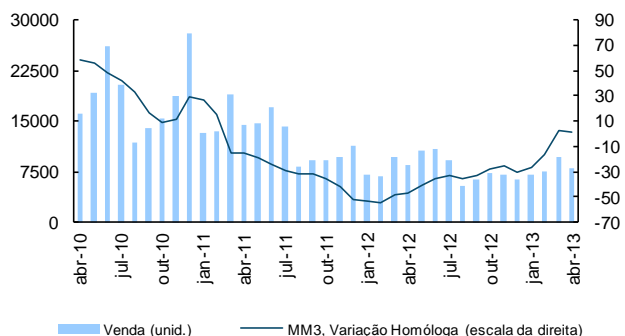
Figura 2.5. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores (SRE-VE, MM3)



Fonte: INE.

O número de automóveis vendidos em abril de 2013 foi 8 032. A variação homóloga mensal foi -4,4%. A variação homóloga do trimestre terminado em abril foi 0,9%.

Figura 2.6. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros



Fonte: ACAP.

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

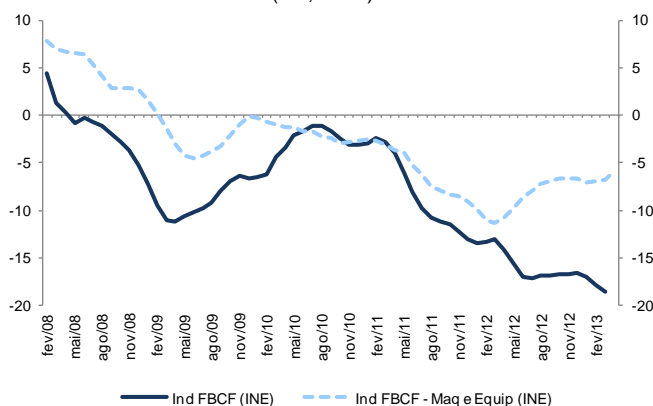
Indicador	Unidade	Fonte	2012	2012				2013	2012	2013			
				T1	T2	T3	T4	T1	dez	jan	fev	mar	abr
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	-5,6	-5,5	-5,7	-6,0	-5,3	-5,3	-	-	-	-	-
Indicador de confiança dos Consumidores	SRE-VE	"	-52,2	-54,5	-51,5	-51,4	-59,8	-55,3	-58,4	-57,8	-52,8	-55,5	-54,3
Volume de Vendas no Comércio a Retalho*	VH	"	-51,7	-50,8	-51,7	-49,7	-54,5	-46,4	-54,1	-42,2	-48,2	-48,9	-37,5
Índice de Vol. De negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	-6,7	-6,5	-6,6	-6,6	-7,2	-5,1	-9,3	-4,0	-5,3	-6,0	:
Bens Alimentares	VH	"	-4,2	-5,2	-4,2	-3,0	-4,3	-1,2	-5,9	-1,0	0,2	-2,6	:
Bens não alimentares	VH	"	-9,3	-7,9	-9,0	-10,1	-10,2	-9,0	-12,8	-7,0	-10,5	-9,5	:
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	-37,9	-48,4	-35,5	-33,4	-30,3	2,7	-43,5	0,8	8,9	-0,3	-4,4
Importação de Bens de Consumo ***	VH	INE	-6,0	-6,2	-5,4	-7,7	-4,6	-4,1	-12,8	0,2	-5,7	-6,5	:

* Índices deflacionados, corrigido de sazonalidade e de dias úteis; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300 Kg; *** Exclui material de transporte.

Investimento

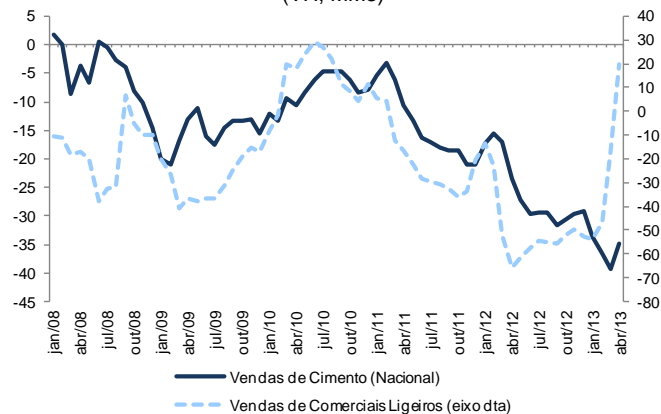
Os dados disponíveis para o trimestre terminado em abril apontam para uma subida substancial das vendas de veículos comerciais ligeiros em 19,6%, face aos -16,7% do 1.º trimestre, bem como uma quebra menos acentuada do volume de vendas de bens de investimento. Verificou-se uma recuperação expressiva da venda de veículos comerciais pesados, crescendo em 18% (-10,2% no 1.º trimestre), enquanto que, no mesmo período, as vendas de cimento mantiveram, a sua trajetória registando uma queda de 35% (-4 p.p. comparando com os valores verificados no primeiro trimestre).

Figura 2.7. Indicador de FBCF e FBCF Máquinas e Equipamentos
(VH, MM3)



No 1.º trimestre de 2013, o Indicador de Formação Bruta de Capital Fixo (Máquinas e Equipamentos), publicado pelo INE, manteve a tendência de diminuição do seu valor negativo que verifica desde o 1.º trimestre de 2012.

Figura 2.8. Vendas de Cimento e de Veículos Comerciais Ligeiros
(VH, MM3)

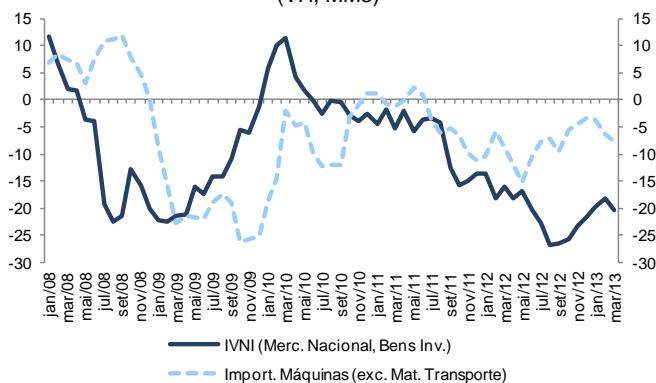


Fonte: INE.

Os dados disponíveis para o 1.º trimestre, mostram que, em termos médios homólogos:

- o índice de volume de negócios da indústria de bens de investimento para o mercado nacional melhorou marginalmente a sua evolução, situando-se nos -20,4% (-21,7% no 4.º trimestre de 2012);
- as Licenças de Construção de Fogos registaram uma queda de 44,8% (-4,9 p.p. face ao trimestre anterior);
- a Importação de Bens de Capital agravou-se, tendo-se reduzido em 9,5% face à estabilização no período anterior.

Figura 2.9. Bens de Equipamento
(VH, MM3)



Fonte: INE.

Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

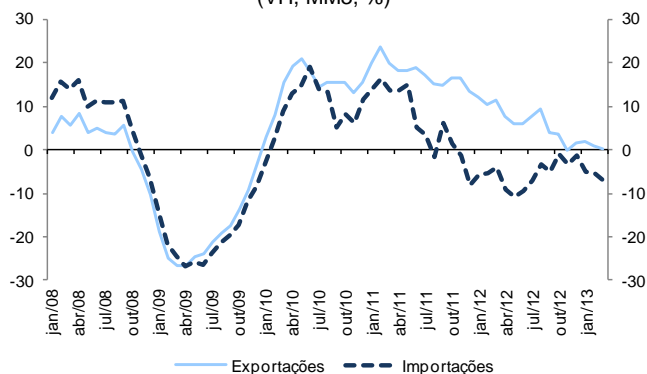
Indicador	Unidade	Fonte	2012	2012				2013	2012	2013			
				1T	2T	3T	4T			1T	dez	jan	fev
FBC – CN Trimestrais	VH Real	INE	-13,7	-15,1	-20,8	-14,4	-2,6	:	:	:	:	:	:
da qual, FBCF	VH Real	INE	-14,5	-13,0	-17,5	-14,4	-13,2	:	:	:	:	:	:
Indicador de FBCF	VH/mm3	"	-16,2	-13,1	-17,0	-16,8	-16,5	-18,5	-16,6	-18,0	-18,9	-18,6	:
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	-26,7	-17,1	-29,7	-31,5	-29,1	-39,2	-37,3	-37,0	-35,7	-44,6	-21,5
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	-23,6	-52,2	-57,4	-55,5	-52,5	-16,7	-57,0	-51,5	23,6	15,4	20,7
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	"	-29,1	-52,8	-51,2	-5,8	22,7	-0,2	28,3	-14,6	64,6	-15,1	88,1
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	-45,0	-47,2	-45,3	-40,1	-47,5	-38,7	-48,6	-18,3	-34,5	-38,2	-44,0
Licenças de Construção de fogos	VH	"	-34,7	-31,0	-35,1	-33,8	-39,9	-44,8	-53,6	-59,7	-16,7	-51,4	:
Importações de Bens de Capital**	VH	"	-6,5	-7,3	-9,1	-9,7	0,1	-9,5	-1,9	1,9	-14,4	-15,2	:
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	"	-21,1	-16,2	-20,4	-26,4	-21,7	-20,4	-16,8	-21,0	-17,6	-22,2	:

*no Comércio por Grosso; ** excepto Material de Transporte; *** para o Mercado Nacional.

Contas Externas

Os dados relativos ao comércio internacional de bens divulgados pelo INE para o 1.º trimestre revelam que as exportações nominais cresceram 0,3% (-1,2 p.p. face ao trimestre anterior) e as importações nominais diminuíram 7,2% (-1,5% no 4.º trimestre de 2012).

Figura 2.10. Fluxos do Comércio Internacional
(VH, MM3, %)



Fonte: INE.

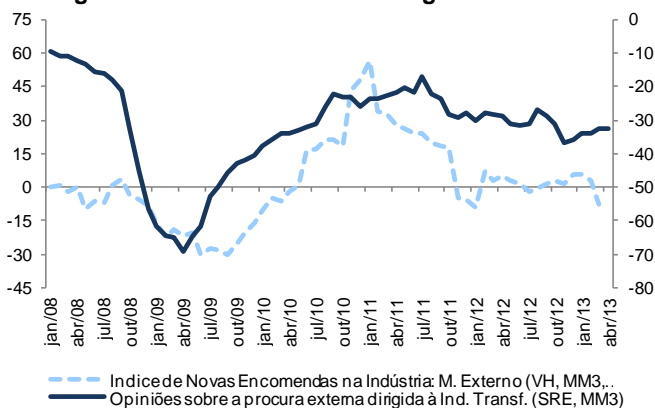
Nas exportações, o mercado extracomunitário foi responsável por um crescimento de 4,7%, mantendo um comportamento mais sólido que o do mercado intracomunitário cuja evolução foi negativa em 1,4%.

No que diz respeito às importações, a sua trajetória resultou de uma evolução negativa tanto no mercado intracomunitário (-9% face aos -2,9% do trimestre anterior), como no mercado extracomunitário (-2,5% face aos 2,9% positivos no mesmo período).

Também no 1.º trimestre, e em termos médios homólogos, o índice de novas encomendas à indústria do mercado externo diminuiu 7,7% (-6,1 p.p. face ao trimestre terminado em dezembro).

Por seu lado, as opiniões sobre a procura externa na indústria foram menos negativas quando comparadas com os meses anteriores.

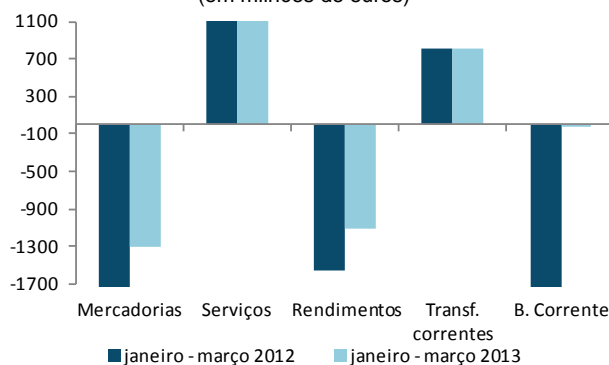
Figura 2.11. Procura Externa dirigida à Indústria



Fonte: INE.

Até março de 2013, o défice acumulado da balança corrente foi de 22 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 1743 milhões de euros em termos homólogos. Este resultado traduz uma melhoria em quase todos os saldos, excetuando a balança de capital e a balança de transferências correntes cujos valores permaneceram praticamente inalterados. É de destacar o comportamento da balança de bens que melhorou 1093 milhões de euros.

Figura 2.12. Balança Corrente: composição do saldo
(em milhões de euros)



Fonte: BdP

No mesmo período, a balança corrente e de capital apresentou uma capacidade de financiamento da economia portuguesa de 694 milhões de euros (uma melhoria de 1 737 milhões de euros face ao mesmo período de 2012).

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

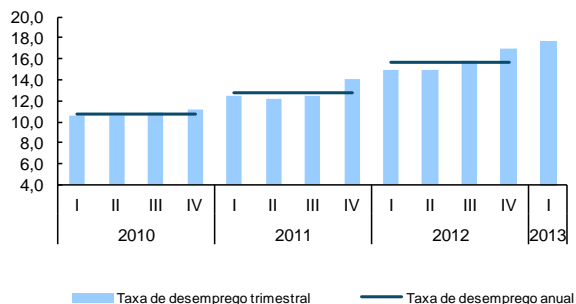
Indicador	Unidade	Fonte	2011	2012	2012				2013	2012		2013		
					1T	2T	3T	4T		1T	nov	dez	jan	fev
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	7,2	3,3	8,2	3,7	1,9	-0,5	:	:	:	:	:	:
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	-5,9	-6,9	-5,5	-10,8	-8,1	-3,1	:	:	:	:	:	:
Saldo de bens e serviços	% PIB	"	-4,4	-0,5	-1,7	0,1	-0,2	-0,2	:	:	:	:	:	:
Necessid. de financiamento da economia	% PIB	"	-5,6	0,4	-3,1	0,3	0,5	4,0	:	:	:	:	:	:
Saídas de mercadorias	VH nom	"	16,5	5,8	11,6	6,2	4,0	1,8	0,3	0,1	-1,5	6,8	-2,6	-2,8
Entradas de mercadorias	VH nom	"	3,8	-5,1	-3,8	-9,6	-5,0	-1,5	-7,2	-4,8	-4,9	-5,5	-6,1	-9,8

Indicador	Unidade	Fonte	2011	2012	2012				2013	2012		2013			Diferença
					1T	2T	3T	4T		1T	janeiro - março	janeiro - março	janeiro - março		
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁶ euros	BP	-9 859,1	1313,2	-1043,3	-489,3	2 432,8	413,0	:	-1043,3	:	694,0	:	1737,3	
Saldo Balança de Bens	"	"	-14 205,2	-8 582,3	-2 398,7	-1871,4	-2 252,8	-2 059,4	:	-2 398,7	:	-1305,4	:	1093,3	
Saldo Balança de Serviços	"	"	7 697,0	8 692,9	1372,6	2 030,8	3 340,2	1949,3	:	1372,6	:	1588,5	:	216,0	
Saldo Balança de Rendimentos	"	"	-8 464,3	-6 422,4	-1559,5	-2 074,3	-1498,6	-1290,0	:	-1559,5	:	-1119,2	:	440,3	
Saldo Balança de Transf. Correntes	"	"	2 989,9	3 754,8	820,7	732,2	1316,6	885,2	:	820,7	:	818,2	:	-2,5	

Mercado de Trabalho

A taxa de desemprego do 1.º trimestre de 2013 divulgada pelo INE foi 17,7%. Este valor é superior tanto ao registado no 4.º trimestre de 2012 como à taxa de desemprego média de 2012 em 0,8p.p. e 2p.p., respetivamente.

Figura 2.13. Desemprego (%)



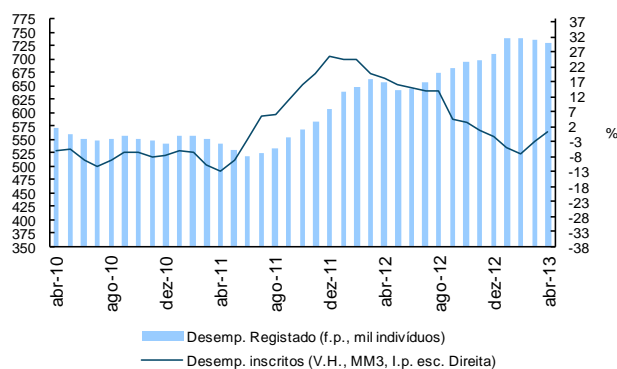
Fonte: INE.

A variação homóloga do Emprego no 1.º trimestre foi, ainda segundo o INE, de -4,9%.

Segundo dados do IEFP, estavam, no final de abril de 2013, registados 728,5 mil desempregados (menos 5,9 mil desempregados do que em março, o que significa uma variação em cadeia de -0,8%). A taxa de variação homóloga foi de 11,1%.

No trimestre terminado em abril, a variação homóloga do número de desempregados inscritos ao longo do período foi aproximadamente nula, enquanto no mês anterior tinha sido -3,2%.

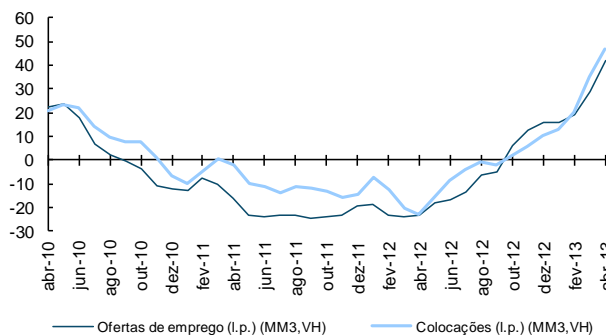
Figura 2.14. Desemprego (%)



Fonte: IEFP.

Relativamente às ofertas de emprego e colocações, houve uma melhoria no trimestre terminado em abril face ao trimestre homólogo. No caso das ofertas de emprego, verificou-se um aumento de 42%, já as colocações aumentaram em 47,1%. Estes valores são superiores aos registados no 1.º trimestre de 2013 em 13,3 e 11,9%, respetivamente.

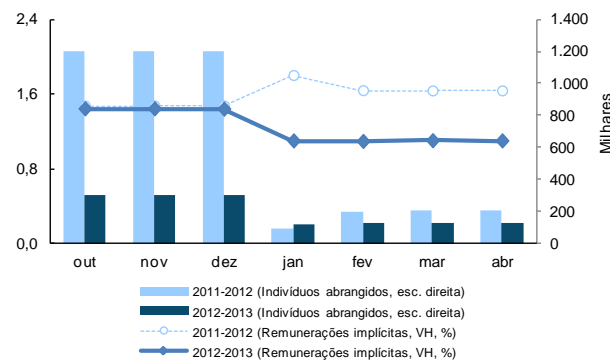
Figura 2.15. Ofertas de Emprego e Colocações (MM3, VH)



Fonte: IEFP.

O número de trabalhadores abrangidos por instrumentos de regulamentação coletiva (IRCT) situou-se em 126,3 mil, abaixo do registado em abril de 2012 (cerca de 200 mil). A variação média anual da remuneração implícita convencionalizada pelos IRCT manteve-se em 1,1%.

Figura 2.16. Contratação Coletiva



Fonte: MEE.

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

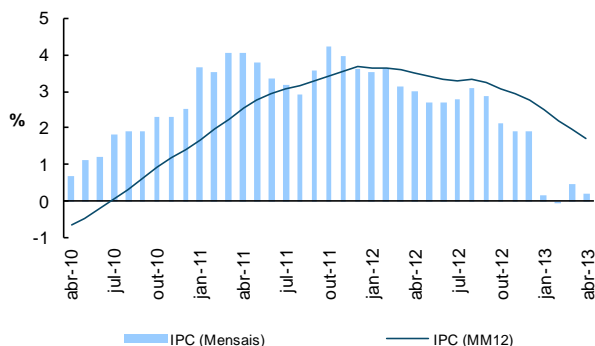
Indicador	Unidade	Fonte	2012	2011	2012				2013	2012				2013			
				T4	T1	T2	T3	T4	T1	dez	jan	fev	mar	abr			
Taxa de desemprego	%	INE	15,7	14,0	14,9	15,0	15,8	16,9	17,7	-	-	-	-	-	-	-	
Emprego Total	VH	"	-4,2	-4,3	-4,2	-4,2	-4,1	-4,3	-4,9	-	-	-	-	-	-	-	
Desemprego Registrado (f.p.)	VH	IEFP	17,4	11,7	19,8	24,5	23,4	17,4	11,0	17,4	16,1	14,1	11,0	11,1			
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	"	8,5	25,3	19,8	14,7	4,3	-1,3	-3,2	-15,6	-1,8	-5,2	-3,0	9,5			
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	"	-8,8	-19,6	-23,6	-16,4	-4,8	16,2	28,6	-1,8	24,4	34,2	28,4	62,4			
Contratação Coletiva	VHA	MEE	1,4	1,5	1,6	1,6	1,4	1,4	1,1	1,4	1,1	1,1	1,1	1,1			
Índice do Custo do Trabalho* - AE	VH	Eurostat	2,1	2,8	1,6	2,5	2,2	1,9	:	-	-	-	-	-			

*Total, excluindo Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Atividade; f.p. - no fim do período; l.p. ao longo do período.

Preços

A taxa de inflação do mês de abril foi, segundo o INE de 0,2% (tinha sido de 0,7% no mês de março). Tomando em consideração a média dos 12 meses anteriores, analisando assim a taxa de inflação do ano terminado em abril, o valor situa-se em 1,7%.

Figura 2.17. Taxa de Variação do IPC (VH, %)



Fonte: INE.

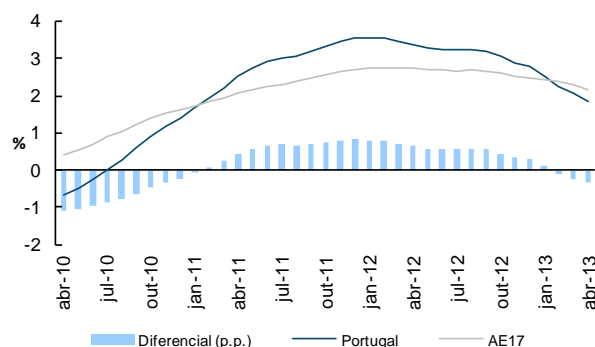
Os dados do INE permitem-nos verificar que os preços dos bens e dos serviços apresentaram, em abril, variações homólogas de -0,2% e 0,7%, respetivamente.

O IPC subjacente, isto é, do IPC excluindo bens alimentares não transformados e energéticos, aumentou face ao período homólogo em 0,3%. O diferencial entre o IPC total e o subjacente situou-se em 0,1 p.p., este mês.

Olhando para as categorias do IPC, constata-se que as maiores subidas de preços em termos homólogos se deram nas Bebidas Alcoólicas e Tabaco (3,7%) e na Habitação, Água, Eletricidade, Gás e Outros Combustíveis (2,7%); ao passo que as maiores descidas em termos homólogos se registaram no Vestuário e Calçado (-3,6%) e nos Transportes (-4,4%).

Comparando a inflação portuguesa com a da área do euro através do IHPC, regista-se que a inflação portuguesa se mantém abaixo da inflação média da União Monetária.

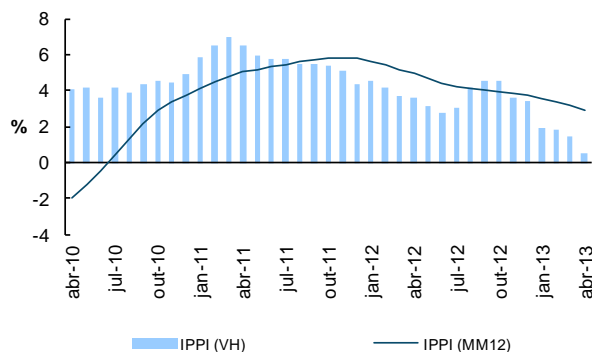
Figura 2.18. Taxa de Variação do IHPC (MM12, VH, %)



Fonte: INE.

O Índice de Preços na Produção Industrial (IPPI) apresentou em abril uma variação homóloga de 0,5 % (1 p.p. abaixo do mês anterior).

Figura 2.19. Taxa de Variação do IPPI (VH, %)



Fonte: INE

Para a variação do IPPI contribuíram principalmente os aumentos registados nas classes de Eletricidade, Água, Gás, Vapor, Ar Quente e Ar Frio, bem como na Captação, Tratamento e Distribuição de Água; Saneamento, Gestão de Resíduos e Despoluição, os quais foram de 6,4 e 2,2%, respetivamente. A única rubrica a apresentar variação negativa foi a da Indústria Extrativa (-0,9%).

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

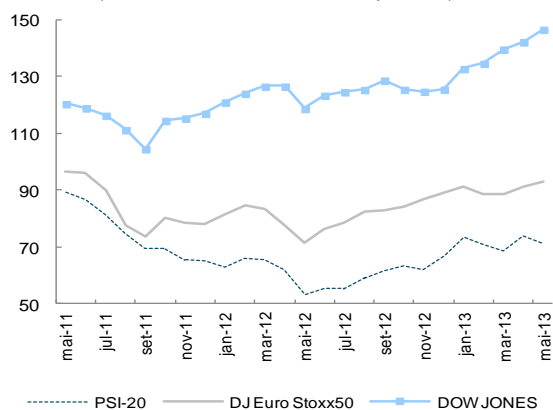
Indicador	Unidade	Fonte	2012	2012					2013			
				ago	set	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE	0,2	-0,1	0,6	0,3	-0,3	0,0	-1,2	-0,1	1,7	0,0
Índice de Preços no Consumidor	VH	INE	2,8	3,1	2,9	2,1	1,9	1,9	0,2	0,0	0,5	0,2
Índice de Preços no Consumidor	VM12	"	3,3	3,3	3,3	3,1	2,9	2,8	2,5	2,2	2,0	1,7
IPC - Bens	VH	"	2,5	3,0	2,6	1,6	1,2	1,2	-0,4	-0,6	0,0	-0,2
IPC - Serviços	"	"	3,1	3,2	3,4	3,0	3,0	3,0	1,0	0,7	1,2	0,7
IPC Subjacente*	"	"	1,5	1,4	1,1	1,1	1,2	1,3	-0,3	-0,5	0,3	0,3
Índice de Preços na Produção Industrial	VH	"	3,8	4,2	4,5	4,6	3,6	3,4	1,9	1,8	1,5	0,5
IHPC	"	"	2,8	3,2	2,9	2,1	1,9	2,1	0,4	0,2	0,7	0,4
Diferencial IHPC PT vs. AE (MM12, VH)	p.p.	Eurostat	0,3	0,6	0,6	0,4	0,4	0,3	0,1	-0,1	-0,2	-0,3

* IPC subjacente exclui os bens alimentares não transformados e energéticos

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Em maio de 2013, os índices bolsistas internacionais registaram uma evolução globalmente positiva, demonstrando uma maior apetência pelo risco, apesar das fracas perspetivas do crescimento económico mundial nos próximos meses. Assim, em maio e, no dia 24, os índices *Dow Jones* e *Euro Stoxx50* valorizaram-se 3% e 2%, respetivamente, face ao final do mês de abril.

Figura 2.20. Índices Bolsistas
(dezembro 2009=100, fim do período)

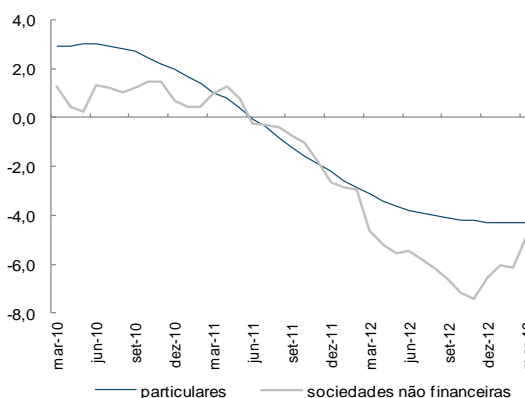


Fontes: CMVM; *Finance Yahoo*. Para maio, o valor é do dia 24.

Ao inverso da evolução dos índices bolsistas internacionais, o índice PSI-20 apresentou uma quebra, em maio, resultando, em parte, da manutenção do fraco dinamismo da atividade económica. De facto, neste mês e, no dia 24, o índice PSI-20 caiu 3,7% face ao final do mês de abril.

Em março de 2013, a taxa de variação anual dos empréstimos ao sector privado não financeiro melhorou devido a uma quebra bastante menos acentuada para o crédito atribuído às empresas não financeiras.

Figura 2.21. Empréstimos ao Setor Privado
(va, em %)

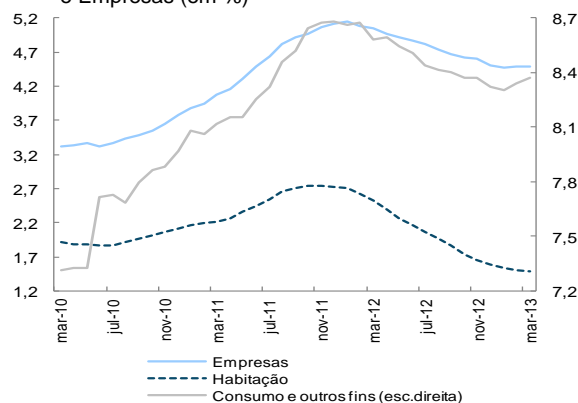


Fonte: Banco de Portugal.

Relativamente ao crédito destinado aos particulares, os empréstimos estabilizaram em março, tendo registado, a mesma desaceleração (-4,3%) desde dezembro de 2012, devido ao crédito à habitação. Já para o crédito ao consumo e para outros fins, a desaceleração foi mais pronunciada do que no mês precedente.

As taxas de juro das operações do crédito diminuíram para os particulares devido ao prosseguimento da redução para os empréstimos à habitação. Já para o crédito ao consumo e outros fins, as taxas subiram ligeiramente; mantendo-se quase estabilizadas para o crédito às empresas.

Figura 2.22. Taxas de Juro de Empréstimos a Particulares e Empresas (em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

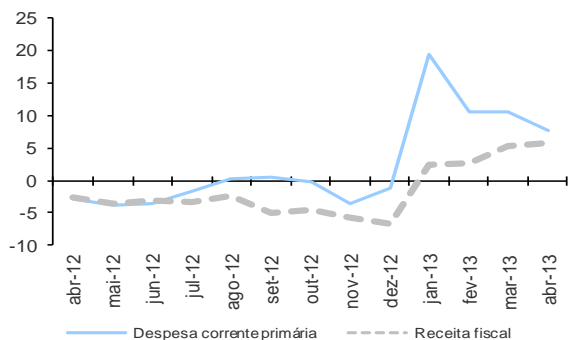
Indicador	Unidade	Fonte	2012	2012					2013			
				ago	set	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	6,9	9,3	8,8	8,3	7,7	6,9	6,0	6,2	6,3	5,6
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	556	786	735	687	631	556	434	479	504	446
PSI20*	VC	CMVM	2,9	6,6	4,1	2,9	-1,9	7,6	9,7	-3,4	-2,8	7,3
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	-3,6	-3,2	-3,3	-3,4	-3,5	-3,6	-3,6	-3,6	-3,6	:
- para consumo	va**	"	-9,4	-9,2	-9,5	-9,7	-8,8	-9,4	-9,5	-9,2	-9,4	:
Empréstimos a empresas	va**	"	-6,5	-6,2	-6,6	-7,2	-7,4	-6,5	-6,0	-6,2	-4,9	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ habitação*	%	"	1,59	1,97	1,87	1,74	1,66	1,59	1,53	1,51	1,49	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ empresas*	%	"	4,51	4,73	4,67	4,62	4,60	4,51	4,48	4,48	4,48	:

* Fim de período; ** Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustado de operações de titularização, e transações mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

Finanças Públicas – Estado

Até abril, o valor provisório para o défice global do Estado, na ótica da contabilidade pública, foi de 2977,6M€, o que representa uma melhoria de 51,0M€ face ao período homólogo. O défice primário foi de 1689,9M€, diminuindo 55,1M€ face ao ano anterior.

Figura 2.23. Execução Orçamental do Estado
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

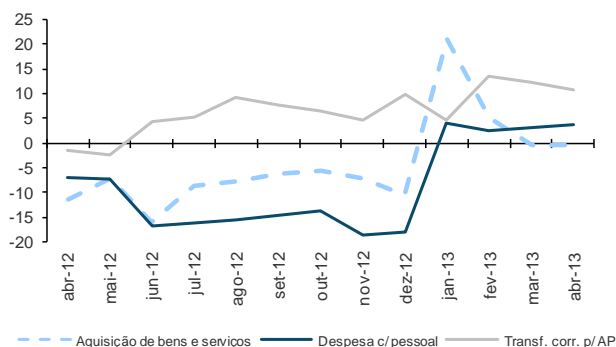
A execução orçamental do Estado, face a 2012, caracterizou-se por:

- uma aceleração da receita fiscal que cresceu 5,8%, justificada, essencialmente, pelo crescimento do IRS (24,6%), em resultado da aplicação das novas tabelas de retenção na fonte e de um reforço do controlo dos valores entregues pelas empresas, e, em menor grau, do imposto único de circulação (12,2%). Em sentido contrário, salienta-se o decréscimo dos restantes impostos, nomeadamente do IRC (-13,2%), devido ao aumento dos reembolsos, do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (-6,3%) e do imposto sobre veículos (-22,5%). O IVA, apesar de ter diminuído (-0,3%), apresenta uma recuperação face aos meses anteriores justificada pela alteração da contabilização do IVA social consignado à Segurança Social que passou a ser registado como receita do Estado. A receita não fiscal registou um decréscimo de 8,0%, refletindo o comportamento da generalidade das rubricas à exceção das transferências correntes, nomeadamente das transferências de ou-

tros subsectores das Administrações Públicas, das contribuições para a ADSE e das outras receitas de capital; e

- um crescimento da despesa total em 3,0% e da despesa primária em 3,3%. A evolução da despesa foi condicionada pelo aumento das transferências para a Segurança Social (que inclui uma componente extraordinária destinada ao equilíbrio orçamental) e CGA, das despesas com pessoal, (devido ao aumento dos encargos com a Segurança Social e CGA, dado que o pagamento dos duodécimos do subsídio de Natal foi compensado pela diminuição do número de trabalhadores) e das outras despesas correntes. Com impacto contrário na despesa, salienta-se a diminuição das transferências de capital, nomeadamente das destinadas à Administração Central, e das transferências correntes para a UE.

Figura 2.24. Despesa do Estado – principais componentes (VHA, em %)



Fonte: DGO.

A despesa acumulada do Estado com ativos financeiros em abril atingiu 2123,0M€ (11,9% do valor orçamentado), dos quais 1100M€ dizem respeito à iniciativa para o reforço da estabilidade financeira, 401,5M€ à dotação de capital do Mecanismo Europeu de Estabilidade e 619,8M€ a empréstimos de médio e longo prazo, nomeadamente a EPR (410,1M€), à Administração Local no âmbito do PAEL (151,8M€) e à Administração Regional da Madeira no âmbito do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (33,4M€).

Quadro 2.8. Execução Orçamental do Estado

	2012		2013		2013			
	jan a abr		jan a abr		jan	fev	mar	abr
	10 ⁶ euros		Exec. face OE corrig.* (%)		VHA (%)			
Receita Total	11133	11612	27,6	28,2	2,3	2,0	3,2	4,3
Receita corrente	10917	11469	30,0	28,6	2,1	1,8	4,1	5,1
Impostos diretos	3819	4501	27,5	27,2	12,5	15,3	17,7	17,9
Impostos indiretos	6102	5996	32,6	31,1	-3,8	-3,5	-2,2	-1,7
Despesa Total	14162	14590	28,9	30,3	11,4	3,5	5,3	3,0
Despesa corrente	13145	14057	28,4	30,3	18,0	10,5	10,9	6,9
Despesa com pessoal	2773	2877	32,6	32,2	4,1	2,5	3,1	3,8
Aquisição bens e serviços	383	382	20,8	23,0	20,9	5,2	-0,3	-0,3
Subsídios	17	24	6,5	9,7	-43,7	442,0	2354,9	36,0
Juros	1284	1288	18,4	17,7	-14,9	8,8	14,7	0,3
Transferências corr. p/ AP	7408	8194	28,8	33,1	4,7	13,5	12,2	10,6
Saldo Global	-3029	-2978	-	-	-	-	-	-
Saldo Primário	-1745	-1690	-	-	-	-	-	-

Nota: * Corresponde ao OE inicial corrigido das alterações orçamentais da competência do Governo, nomeadamente, os montantes cativos utilizados, as autorizações de despesa, e os reforços de dotação provisional.

Fonte: DGO.

Serviços e Fundos Autónomos, excluindo o FRDP e as empresas públicas reclassificadas

Até abril e na ótica da contabilidade pública, o excedente global provisório dos Serviços e Fundos Autónomos (incluindo as empresas públicas reclassificadas) foi de 450,6€, o que representa uma redução de 434,2M€ face ao período homólogo. Chama-se a atenção para o facto da comparação dos dados em contabilidade pública dos SFA ser afetada pelas alterações ao universo de entidades abrangidas, bem como pela ausência de reporte de algumas entidades, as quais se refletem nas taxas de variação apresentadas.

A execução orçamental, face ao período homólogo, caracterizou-se por:

- um decréscimo da receita em 4,4%, refletindo principalmente a diminuição das transferências de capital do Estado e das taxas multas e outras penalidades, justificada pelo efeito base da transferência para a RTP, S.A., para a amortização de passivos financeiros, e da receita extraordinária do leilão de atribuição dos direitos de utilização de frequências da 4.ª geração móvel. Em sentido contrário, é de referir o acréscimo das contribuições para a CGA (justificada pelo aumento da taxa das entidades empregadoras e pelo pagamento em duodécimos do subsídio de Natal), das transferências correntes do Estado, nomeadamente para a CGA, das outras receitas correntes e das transferências de capital da UE; e
- um aumento da despesa em 0,9%, explicada, essencialmente, pelo aumento das outras transferências correntes (justificado pelo pagamento dos duodécimos do subsídio de Natal aos pensionistas da CGA), das despesas de pessoal (devido ao aumento dos encargos com a Segurança Social e CGA e ao pagamento do duodécimo do subsídio de Natal) e dos juros e outros encargos da dívida suportados pelas EPR (principalmente do Metropolitano de Lisboa, S.A., relacionado com o cancelamento de contratos de *swap*). Em sentido oposto, constata-se a diminuição do investimento (explicada pela suspensão e redução do investimento em escolas, assim como a execução a um ritmo mais lento das empreitadas da Parque Escolar, E.P.E. e pela regularização, em 2012, de dívidas aos fornecedores do Metro do Porto), das outras despesas correntes e das transferências correntes das Administrações Públicas.

Empresas Públicas Reclassificadas

Até abril, e na ótica da contabilidade pública, o défice do global das Empresas Públicas Reclassificadas (EPR) foi de 321,6M€, agravando-se 163,5M€ face ao período homólogo. Este comportamento é explicado, essencialmente, pela redução das transferências de capital do Estado (em virtude do efeito base da transferência do Estado para a RTP) e pela redução das transferências correntes da União Europeia destinadas principalmente à Parque Escolar, E.P.E.. Do lado da despesa, é de salientar a redução das despesas de investimento, nomeadamente das realizadas pela Parque Escolar, E.P.E. e pelo pagamento, em 2012, de dívidas em atraso aos fornecedores do Metro do Porto, e o aumento dos juros e outros encargos financeiros relacionado com o cancelamento de contratos de *swap* do Metro de Lisboa, S.A.

Serviço Nacional de Saúde (SNS)

Em abril, a execução financeira consolidada¹ provisória do SNS indica um saldo de 4,3M€, que compara com o défice de 71,4M€ registado no período homólogo. A execução financeira, face a 2012, caracterizou-se por:

- um ligeiro crescimento da receita em 0,8%, justificado pela venda de bens e serviços correntes (37,4%) e taxas moderadoras (49,4%), bem como pelo recebimento das transferências regulares do Orçamento do Estado (0,2%); e
- uma redução da despesa em 2,1%, devido sobretudo à diminuição da despesa com fornecimentos e serviços externos, com particular ênfase na componente de responsabilidades com entidades públicas e diminuição da despesa com produtos vendidos em farmácias. Em sentido contrário verifica-se o aumento de componentes relacionadas com aquisição de bens e serviços, como parcerias público-privadas (9,4%) e meios complementares de diagnóstico e terapêutica (2,5%). Destaca-se, ainda, o acréscimo da despesa com pessoal, em 14,8%, consequência do pagamento em duodécimos do subsídio de Natal e a atualização dos encargos das entidades com a CGA e Segurança Social.

Quadro 2.9. Execução Financeira do Serviço Nacional de Saúde

	Serviço Nacional de Saúde				
	2012	2013	2012	2013	
	jan a abr		jan a abr		
	10 ⁶ euros		Exec. face OE corrig. (%)	VHA (%)	
Receita Total	2 528	2 549	24,9	31,1	0,8
Receita fiscal	21	21	-	26,5	-0,5
Transferências das Administrações Públicas	2 451	2 455	25,2	31,3	0,2
Receita de capital	5	2	11,8	11,8	-61,2
Despesa Total	2 599	2 544	31,4	31,0	-2,1
Despesa com pessoal	289	332	35,8	34,4	14,8
Aquisição de bens e serviços	2 283	2 201	31,2	31,1	-3,6
Despesa de capital	17	2	21,8	4,0	-88,0
Saldo Global	- 71	4	-	-	-

Fontes: Administração Central do Sistema de Saúde e DGO.

Quadro 2.10. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

	Serviços e Fundos Autónomos (incluindo Empresas Públicas Reclassificadas)					Empresas Públicas Reclassificadas				
	2012	2013	2012	2013	2013	2012	2013	2012	2013	2013
	jan a abr		jan a abr		jan a abr	jan a abr		jan a abr		jan a abr
	10 ⁶ euros		Exec. face OE corrig. (%)		VHA (%)	10 ⁶ euros		Exec. face OE corrig. (%)		VHA (%)
Receita Total	8 414	8 048	29,1	30,3	-4,4	1055	748	29,8	25,7	-29,1
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	1111	1316	33,3	28,7	18,5	-	-	-	-	-
Transferências correntes das Adm. Públicas	4 748	4 784	27,1	32,0	0,7	129	144	25,3	22,6	12,0
Despesa Total	7 530	7 597	26,5	27,7	0,9	1213	1070	26,1	25,1	-11,8
Despesa com pessoal	990	1054	32,9	29,0	6,4	223	235	32,3	29,2	5,5
Aquisição de bens e serviços	2 477	2 480	23,4	27,7	0,1	192	205	24,0	23,5	7,1
Transferências correntes	2 946	3 172	30,3	30,8	7,7	5	27	17,6	42,1	435,2
Saldo Global	885	451	-	-	-	- 158	- 322	-	-	-

Fonte: DGO.

¹Considerando a despesa efetivamente realizada e os compromissos assumidos, em consonância com o princípio de registo em base de compromissos.

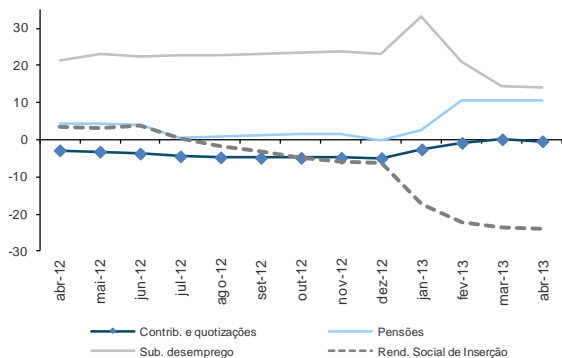
Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações

Até abril, o excedente da execução orçamental da Segurança Social, na ótica da contabilidade pública, foi de 58,4M€, o que representa uma diminuição de 216,9M€ face ao mesmo período de 2012.

A execução orçamental da Segurança Social, em relação ao ano anterior, caracterizou-se por:

- um aumento da receita em 5,5%, em resultado do acréscimo da dotação ao abrigo da Lei de bases da Segurança Social (14,1%) e da componente do IVA Social (36,2%) e, ainda, das transferências com origem no Fundo Social Europeu (13,1%). Em sentido contrário, as contribuições e quotizações registaram uma diminuição de 0,4%; e
- um aumento da despesa em 8,6%, espelhando, sobretudo, a evolução da despesa com pensões (10,6%), influenciada pelo pagamento dos duodécimos do subsídio de Natal, bem como pela evolução, das despesas de formação profissional nomeadamente as com suporte no FSE (30,3%), do subsídio de desemprego e apoio ao emprego (13,9%) e das despesas com ação social (3,3%). Contrariamente, constata-se uma diminuição das despesas com rendimento social de inserção (-23,8%) e das outras prestações sociais (-11,4%). Relativamente ao número de beneficiários, verifica-se um acréscimo de 15,7% nos subsídios de desemprego e social de desemprego, de 1,8% nas pensões de velhice, de 11,4% no subsídio de doença e de 0,5% nas pensões de sobrevivência. Em sentido inverso, registou-se uma diminuição nos beneficiários da pensão de invalidez, em 1,9%.

Figura 2.25. Execução Orçamental da Seg. Social
(VHA, em %)



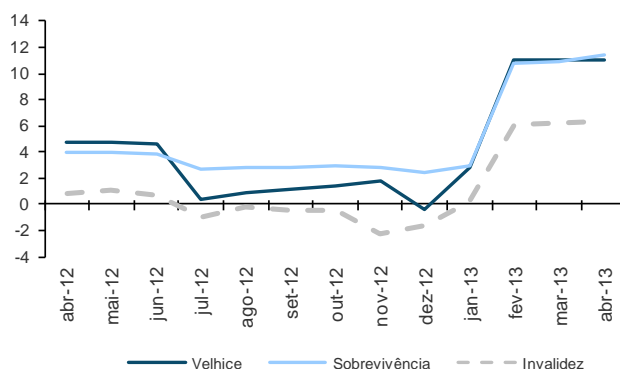
Fonte: DGO.

Quadro 2.11. Execução Orçamental da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações

	Segurança Social				Caixa Geral de Aposentações					
	2012		2013		2012		2013			
	jan a abr		jan a abr		jan a abr		jan a abr			
	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)		
Receita Total	7697	8122	5,5	31,6	32,4	2720	2868	5,4	32,0	33,1
Contribuições e quotizações	4317	4301	-0,4	33,1	32,6	1110	1315	18,5	33,4	28,7
Transferências correntes da Adm. Central *	2400	2696	12,3	29,2	33,5	1485	1468	-1,1	21,9	29,6
Despesa Total	7422	8063	8,6	30,5	32,2	2577	2848	10,5	31,9	32,4
Pensões	4255	4708	10,6	29,5	31,5	2566	2834	10,4	32,0	32,4
Pensões de velhice do reg. subst. bancário	186	182	-2,0	35,6	36,2	-	-	-	-	-
Subsídio de desemp. e apoio ao emprego	853	972	13,9	33,3	36,1	-	-	-	-	-
Prestações e ação social	501	517	3,3	32,9	33,4	-	-	-	-	-
Saldo Global	275	58	-	-	-	143	20	-	-	-

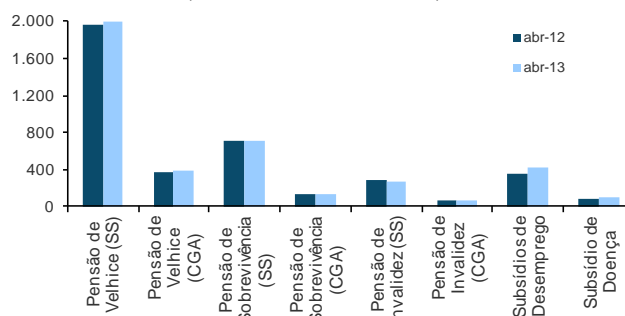
Fontes: DGO e GPEARI.

Figura 2.26. Despesa em Pensões da Seg. Social
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Figura 2.27. Número de Pensões e Subsídios Atribuídos
(milhares, em final do mês)



Fontes: MTSS e CGA.

Até abril, o saldo acumulado da Caixa Geral de Aposentações (CGA), em contabilidade pública, foi de 20,2M€, que compara com 143,1M€ no período homólogo. A receita total aumentou 5,4%, refletindo, fundamentalmente, o acréscimo das contribuições para a CGA (18,5%), em consequência do aumento da taxa das entidades empregadoras, de 15% para 20%, e do pagamento em duodécimos do subsídio de Natal. Contrariamente, as transferências correntes do OE e as transferências de capital registaram diminuições de -1,2% e -50,3%, respetivamente. A despesa total aumentou 10,5%, justificada pelo acréscimo da despesa com pensões, em consequência do pagamento em duodécimos do subsídio de Natal aos pensionistas. Quanto ao número de beneficiários, salienta-se um acréscimo de 2,7% nas pensões de velhice e de 1,3% nas pensões de sobrevivência.

Administração Local

Até abril, na ótica da contabilidade pública, o défice provisorio da execução orçamental da Administração Local foi de 150,1€, o que corresponde a um agravamento de 192,8M€ relativamente ao ano anterior.

A execução orçamental da Administração Local, face ao ano anterior, caracterizou-se por:

- uma diminuição da receita total em 3,9%. A receita de capital apresentou um decréscimo de 27,1% acompanhada por um aumento da receita corrente de 3%. O comportamento da receita de capital deveu-se, sobretudo, à evolução das transferências de capital, no âmbito da transferência para o Fundo de Equilíbrio Financeiro ao abrigo da Lei das Finanças Locais. O desenvolvimento das receitas correntes traduz o contributo positivo das transferências do Orçamento do Estado efetuadas no âmbito do Fundo de Equilíbrio Financeiro, compensando desta forma a diminuição da receita fiscal, em particular do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis e do Imposto Municipal sobre Imóveis; e
- um aumento da despesa total em 6,6%, que traduz, fundamentalmente, a variação positiva da despesa corrente (7,6%), determinada pelo crescimento da despesa com pessoal (pagamento do duodécimo do subsídio de Natal) e da aquisição de bens e serviços, que inclui a liquidação de pagamentos efetuados no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) para regularização das dívidas dos municípios a fornecedores. A despesa de capital registou um aumento (3,3%), repercutindo, essencialmente, a evolução da despesa em aquisição de bens de capital (5,7%).

Administração Regional

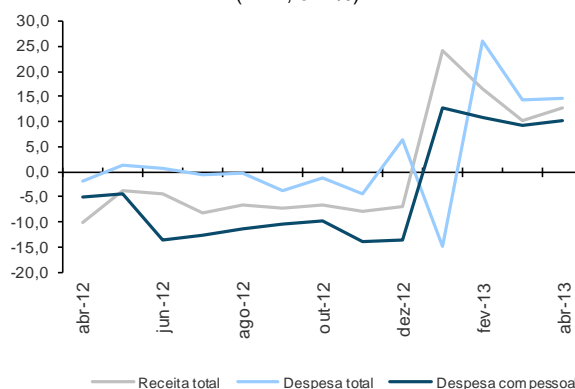
Até abril, e na ótica da contabilidade pública, o excedente orçamental da Administração Regional situou-se nos 70,3M€, o que corresponde a um agravamento de 2,4M€ face ao período homólogo. Este comportamento resulta da deterioração do excedente da Região Autónoma dos Açores (RAA), em 29,8M€ face ao período homólogo e melhoria do excedente da Região Autónoma dos Madeira (RAM), em 27,4M€.

A execução orçamental da Administração Regional, face a 2012, caracterizou-se por:

- um aumento da receita total em 12,7%, devido, sobretudo, ao comportamento positivo da receita fiscal, em ambas as Regiões Autónomas, e das transferências do OE, no caso da RAM, cujas transferências aumentaram (61,8%) devido ao efeito base de retenção da verba no período homólogo. A receita de capital denotou um decréscimo de 13,4%, apresentando a RAA uma diminuição de 14,8% devido à diminuição da dotação do Fundo de Coesão e das transferências da União Europeia, e de 11,3% na RAM; e
- um acréscimo da despesa total em 14,7%, traduzindo os contributos semelhantes das duas regiões: 17,1%, na RAA, e de 12,4%, na RAM. A despesa corrente apresenta um aumento de 9,1%, com variações de 9,9% na RAA e 8,2% na RAM. Para este comportamento, na RAA, contribuiu essencialmente a despesa com pessoal (pagamento do duodécimo do subsídio de Natal), transferências correntes para as famílias e os subsídios, que apresentam uma variação significativa justificada pela alteração da forma de registo das indemnizações compensatórias para a Sata Air Açores; no caso da RAM salientam-se a despesa com aquisição de bens e serviços (encargos com SCUT), a despesa com pessoal (pagamento do duodécimo do subsídio de Natal) e dos juros e outros encargos. Como observado nos meses anteriores, constata-se um aumento da despesa de capital para ambas as regiões autónomas, em 74,1%, contribuindo em 6,5 p.p. para a despesa efetiva.

Figura 2.28. Execução Orçamental da Administração Regional – principais componentes

(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.12. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional

	Administração Regional			Administração Local*		
	2012	2013		2012	2013	
	jan a abr					
	10 ⁶ euros	VHA (%)		10 ⁶ euros	VHA (%)	
Receita total	633	713	12,7	1 863	1 790	-3,9
Impostos	313	363	15,7	379	322	-15,0
Transferências correntes	213	252	18,2	680	773	13,7
Despesa total	561	643	14,7	1 820	1 940	6,6
Pessoal	214	236	10,2	662	703	6,1
Aquisição de bens e serviços	68	83	23,0	478	536	12,1
Transferências correntes	190	187	-1,4	121	141	16,3
Investimento	17	40	139,1	384	406	5,7
Saldo global	73	70	-	43	- 150	-

Fonte: DGO.

Dívida Pública

Dívida pública das Administrações Públicas (ótica de Maastricht)

De acordo com os dados publicados pelo Banco de Portugal, em março de 2013, a dívida pública das Administrações Públicas atingiu 208,3 mil M€, menos 519M€ que no final de fevereiro. Esta evolução deve-se essencialmente à diminuição do stock da dívida da Administração Central, ainda que a dívida das empresas públicas, incluídas na Administração Central, em termos não consolidados, tenha aumentado em 406M€.

Quadro 2.13. Dívida das Administrações Públicas
(milhões de euros)

	2012 dez	2013 fev	2013 mar
Administrações Públicas	204 485	208 812	208 293
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central	204 025	208 396	207 888
Administração Regional e Local	9 444	9 566	9 574
Segurança Social	4	1	4
Consolidação entre subsectores	8 989	9 150	9 173

Fonte: Banco de Portugal.

Dívida não Financeira das Administrações Públicas

A dívida não financeira das Administrações Públicas, excluindo EPR, aumentou, em março, 42,3M€ face ao mês anterior. Deste valor, 27,8M€ dizem respeito ao aumento da dívida da Administração Central, 9M€ da Administração Regional e 5M€ da Administração Local.

Quadro 2.14. Dívida não Financeira das AP
(milhões de euros)

	2012 dez	2013 fev	2013 mar
Administrações Públicas	5 400	5 767	5 810
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central	328	511	539
Administração Regional	2 498	2 580	2 589
Administração Local	2 574	2 677	2 682
Segurança Social	0	0	0
<i>dos quais:</i> Transf. entre Adm. Públicas	102	121	121

Fonte: DGO.

Em abril, os pagamentos em atraso das AP, incluindo as empresas públicas não reclassificadas e hospitais EPE, aumentaram 170,9M€ face ao mês anterior. Este comportamento deveu-se principalmente ao acréscimo verificado na Administração Regional (123,6M€) e nos hospitais EPE (52,0M€). Em sentido contrário, a administração local diminuiu os pagamentos em atraso em 37,6M€, em resultado do pagamento de dívidas aos fornecedores no âmbito do PAEL.

Dívida Direta do Estado

No final de abril, a dívida direta do Estado situava-se em 200,2 mil M€, aumentando 514M€ face ao mês anterior. A evolução mensal ficou a dever-se, essencialmente, à emissão líquida de BT (1129,6M€). Este aumento foi compensado parcialmente pela amortização líquida de CEDIC (186,8M€), pela recompra da OT 5,45% Set2013 (no valor nominal de 51,5M€) e pela diminuição do saldo de CA e CT (em 1,7 e 4,5M€, respetivamente). As flutuações cambiais no mês contribuíram para a diminuição do saldo da dívida em 331,9M€.

Quadro 2.15. Movimento da Dívida Direta do Estado
(milhões de euros)

	31-mar-13	abr-13			30-abr-13
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo
Transacionável	117 867	2 288	1 202	- 35	118 918
Bilhetes do Tesouro	18 557	2 280	1 151	0	19 686
Obrigações do Tesouro	96 098	0	51	1	96 047
Não Transacionável	17 008	5 186	5 380	0	16 816
Cert. de Aforro e do Tesouro	11 100	89	95	0	11 094
CEDIC e CEDIM	5 392	5 097	5 283	0	5 206
Prog. de Ajustamento Económico	64 753	0	0	0	64 456
Total	199 627	7 474	6 582	0	200 190

Fonte: IGCP.

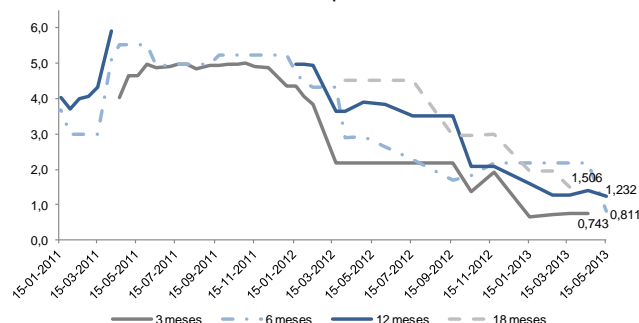
Emissões de Dívida

A 7 de maio de 2013, Portugal emitiu a primeira obrigação do Tesouro a 10 anos, desde o início do Programa de Ajustamento Económico, no montante de 3 mil M€, com uma taxa de cupão de 5,65%.

A procura final excedeu os 10 mil M€, tendo sido o livro de ordens composto por 369 investidores. A taxa de emissão foi de 5,669%.

A 15 de maio de 2013, foram realizados dois leilões de BT, tendo sido colocados na fase competitiva 500M€, a 6 meses, e 1250M€, a 1 ano. A taxa média ponderada da emissão a seis meses foi de 0,811% (2,619% na anterior de igual maturidade) e a 1 ano foi de 1,232% (1,394% na emissão anterior com idêntica maturidade).

Figura 2.29. Emissões de BT
Taxa média ponderada



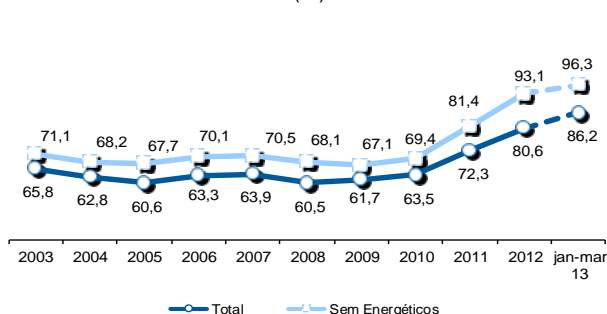
Fonte: IGCP.

3. Comércio Internacional ^[1]

Evolução global ^[2]

De acordo com os resultados preliminares recentemente divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, nos primeiros três meses de 2013, as exportações de mercadorias cresceram, em termos homólogos, 0,3% enquanto as importações decresceram 7,2% ^[3]. Nesse período, o défice da balança comercial (fob/cif) recuperou 36,6%. Excluindo os produtos energéticos, tanto as exportações como as importações registaram uma variação homóloga negativa (-1,5% e -4,9%, respetivamente) (Quadro 3.1).

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Importações pelas Exportações de Mercadorias (%)



Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial (valores acumulados)

Intra + Extra-EU (milhões de Euros)	janeiro a março			VH	
	2012	2013	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	11 568	11 601	0,3	0,3	3,0
Importações (cif)	14 507	13 466	-7,2	-7,2	-5,9
Saldo (fob-cif)	-2 939	-1 865	-36,6	-36,6	-32,8
Cobertura (fob/cif)	79,7	86,2	-	-	-
Sem energéticos:					
Exportações (fob)	10 573	10 414	-1,5	-1,5	2,2
Importações (cif)	11 366	10 813	-4,9	-4,9	-6,9
Saldo (fob-cif)	-793	-399	-49,7	-49,7	-60,8
Cobertura (fob/cif)	93,0	96,3	-	-	-
Extra-EU (milhões de Euros)	janeiro a março			VH	
	2012	2013	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	3 151	3 301	4,7	4,7	13,0
Importações (cif)	4 044	3 945	-2,5	-2,5	-2,2
Saldo (fob-cif)	-893	-644	-27,9	-27,9	-43,4
Cobertura (fob/cif)	77,9	83,7	-	-	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:
Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

No primeiro trimestre de 2013, as exportações representaram 86,2% das importações, o que se traduziu num acréscimo de 6,5 p.p. na taxa de cobertura das importações pelas exportações, face ao período homólogo. Excluindo os produtos energéticos, as exportações passaram a representar 96,3% das importações (+3,3 p.p. que em igual período no ano transato).

Quadro 3.2. Balança Comercial: mês de março

janeiro a março	Valores em milhões de Euros		
	2012	2013	TVH
Intra+Extra UE			
Exportações (fob)	11 568	11 601	0,3
Importações (cif)	14 507	13 466	-7,2
Saldo (fob-cif)	-2 939	-1 865	-36,6
Cobertura (fob/cif)	79,7	86,2	-
Intra UE			
Exportações (fob)	8 417	8 300	-1,4
Importações (cif)	10 463	9 521	-9,0
Saldo (fob-cif)	-2 047	-1 221	-40,3
Cobertura (fob/cif)	80,4	87,2	-
Extra UE			
Exportações (fob)	3 151	3 301	4,7
Importações (cif)	4 044	3 945	-2,5
Saldo (fob-cif)	-893	-644	-27,9
Cobertura (fob/cif)	77,9	83,7	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:
Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

No primeiro trimestre de 2013, o défice da balança comercial Intra UE recuperou 40,3% em termos homólogos, com as exportações de mercadorias a decrescer 1,4% e as importações a registar uma quebra mais acentuada (-9%). O saldo da balança comercial Extra UE recuperou 27,9% (Quadro 3.2).

Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	IMPORTAÇÕES (Cif)			EXPORTAÇÕES (Fob)		
	2012	2013	TVH	2012	2013	TVH
jan	4 726	4 468	-5,5	3 623	3 868	6,8
fev	4 676	4 391	-6,1	3 797	3 699	-2,6
mar	5 106	4 606	-9,8	4 149	4 033	-2,8
abr	4 415			3 530		
mai	5 031			4 043		
jun	4 536			3 970		
jul	4 709			4 077		
ago	4 418			3 365		
set	4 684			3 581		
out	5 061			4 033		
nov	4 616			3 910		
dez	4 255			3 247		
1º Trim	14 507	13 466	-7,2	11 568	11 601	0,3
2º Trim	13 983			11 543		
3º Trim	13 811			11 023		
4º Trim	13 933			11 190		

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:
Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

[1] Informação mais desagregada pode ser consultada em www.gee.min-economia.pt ("Síntese Estatística do Comércio Internacional, n.º5/2013").

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra e Extra UE) divulgados para o mês de março de 2013 correspondem a uma versão preliminar. Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas (valor das transações das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação) assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação (valor anual das operações intracomunitárias abaixo do qual os operadores são dispensados da declaração periódica estatística Intrastat, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 250 mil euros para as importações da UE e 250 mil para as exportações para a UE, em 2013). Por outro lado, a atual metodologia considera, para além do confronto regular entre as declarações Intrastat e do IVA, a comparação com os dados com a IES.

[3] Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Exportações de Mercadorias

No primeiro trimestre de 2013, as exportações de mercadorias cresceram 0,3% em termos homólogos. Excluindo os produtos energéticos, essa variação foi negativa (-1,5%).

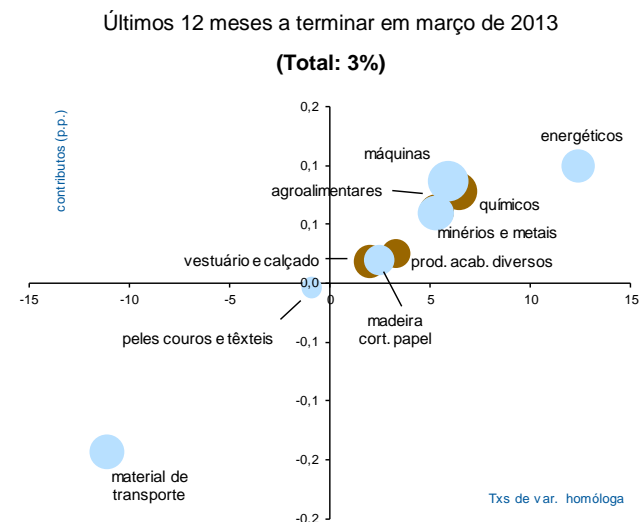
Entre janeiro e março de 2013, destaca-se o contributo positivo dos produtos “Energéticos” (+1,7 p.p.), seguido do contributo dos “Agroalimentares” (+0,5 p.p.) e dos “Químicos” (+0,4 p.p.). As “Máquinas” são o grupo de produtos que maior peso tem nas exportações de mercadorias (14,8%). Seguem-se os “Químicos” (12,3%).

A Figura 3.2 apresenta os contributos dos diversos grupos de produtos para o crescimento das exportações no último ano a terminar em março de 2013.

Nesse período, a maioria dos grupos de produtos contribuiu positivamente para o crescimento das exportações de mercadorias (+3,0%). Mais uma vez, os produtos relativos aos “Energéticos” foram os que mais contribuíram para este comportamento (+1,0 p.p.). De destacar ainda o contributo positivo das “Máquinas” e dos “Químicos” (+0,9 p.p. e +0,8 p.p. respetivamente).

De referir, ainda, os contributos dos “Agroalimentares” e dos “Minérios e Metais”, para o crescimento das exportações de mercadorias (ambos com contributos de 0,6 p.p.).

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Exportações por Grupos de Produtos (p.p.)



Fonte: Quadro 3.4. Exportações de Mercadorias por Grupos de Produtos.

Nota:

A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das exportações no período em análise.

Quadro 3.4. Exportações * de Mercadorias por Grupos de Produtos

(Fob)

Intra + Extra UE

Grupos de Produtos	Milhões de Euros		Estrutura (%)				Tax. variação e contributos			
	jan-mar		Anual		jan-mar		últimos 12 meses ^[1]		jan-mar	
	2012	2013	2007	2012	2012	2013	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
Total das Exportações	11 568	11 601	100,0	100,0	100,0	100,0	3,0	3,0	0,3	0,3
000 Agro-Alimentares	1217	1277	9,6	11,5	10,5	11,0	5,3	0,6	4,9	0,5
100 Energéticos	995	1187	4,5	8,3	8,6	10,2	12,4	1,0	19,2	1,7
200 Químicos	1388	1430	10,6	12,5	12,0	12,3	6,4	0,8	3,1	0,4
300 Madeira, Cortiça e Papel	917	945	7,8	8,1	7,9	8,1	2,4	0,2	3,0	0,2
400 Peles, Couros e Têxteis	468	476	4,8	4,1	4,0	4,1	-0,9	0,0	1,7	0,1
500 Vestuário e Calçado	1097	1112	10,5	9,2	9,5	9,6	2,0	0,2	1,4	0,1
600 Minérios e Metais	1366	1304	10,9	11,7	11,8	11,2	5,3	0,6	-4,5	-0,5
700 Máquinas	1711	1722	19,7	15,1	14,8	14,8	5,9	0,9	0,6	0,1
800 Material de Transporte	1532	1269	12,7	11,7	13,2	10,9	-11,1	-1,4	-17,1	-2,3
900 Produtos Acabados Diversos	877	879	9,0	7,7	7,6	7,6	3,3	0,2	0,2	0,0

Por memória:

Total sem energéticos	10 573	10 414	95,5	91,7	91,4	89,8	2,2	2,0	-1,5	-1,4
-----------------------	--------	--------	------	------	------	------	-----	-----	------	------

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

[1] Últimos 12 meses a terminar em março de 2013.

[2] $(\text{abr } 12\text{-mar } 13) / (\text{abr } 11\text{-mar } 12) \times 100 - 100$.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: $(\text{TVH}) \times (\text{peso no período do homólogo anterior}) \div 100$.

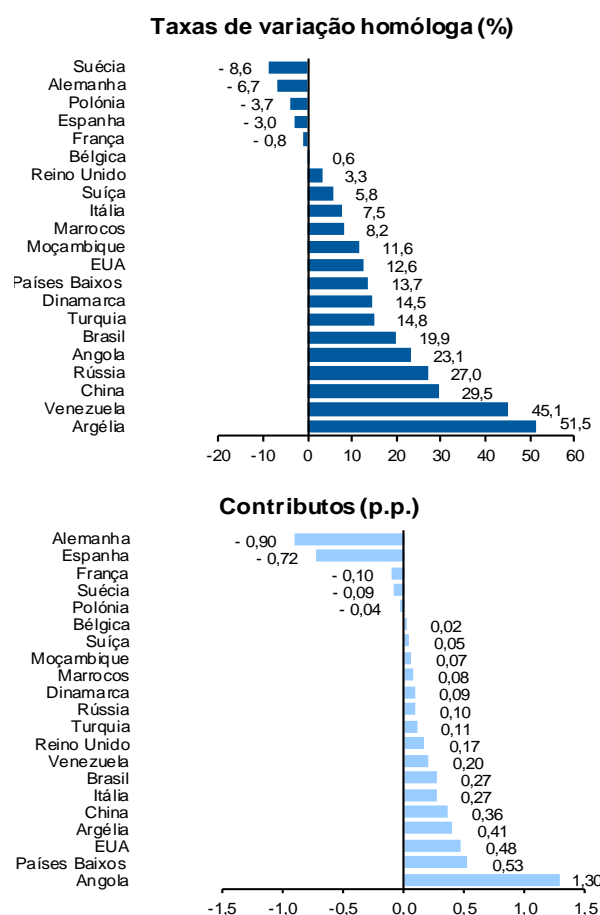
Nos primeiros três meses de 2013, as exportações para a UE registaram, em termos homólogos, uma quebra de 1,4%. Em particular, as exportações com destino aos países da UE-15 decresceram 1,5%, enquanto as exportações para os países do Alargamento cresceram 0,5% em termos homólogos. As exportações para países terceiros registaram um crescimento homólogo de 4,7% (Quadro 3.5), contribuindo positivamente para o crescimento das exportações totais (+1,3 p.p.).

As exportações de mercadorias para Espanha (+0,5 p.p.) foram as que registaram o maior contributo Intra UE-15 para o crescimento das exportações totais, seguidas das exportações para os Países Baixos e Itália (+0,4 p.p. e +0,2 p.p. respetivamente).

No último ano a terminar em março de 2013, as exportações para os países Intra UE registaram uma quebra de 0,6% em termos homólogos. As exportações para os países da UE-15, em particular, decresceram 0,8%. Contrariando este decréscimo destacam-se os contributos positivos das exportações com destino aos Países Baixos (+0,5 p.p.), Itália (+0,3 p.p.) e Reino Unido (+0,2 p.p.). As exportações Extra UE registaram um crescimento homólogo de 13%. Entre os países terceiros, destaca-se principalmente a variação homóloga positiva das exportações para a Argélia (+51,5%), a Venezuela (+45,1%) e a China (+29,5%) (Figura 3.3).

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Exportações para uma Seleção de Mercados e Contributos

Últimos 12 meses a terminar em março de 2013



Fonte: Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com destino a uma Seleção de Mercados

Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados

Destino	Intra + Extra-UE (Fob)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
	jan-mar		anual		jan-mar		12 meses ^[1]		jan-mar	
	2012	2013	2007	2012	2012	2013	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
	2012	2013	2007	2012	2012	2013				
TOTAL	11 568	11 601	100,0	100,0	100,0	100,0	3,0	3,0	0,3	0,3
Intra UE-27	8 417	8 300	77,1	71,1	72,8	71,5	-0,6	-0,5	-1,4	-1,0
dos quais:										
UE-15	8 041	7 922	74,7	67,9	69,5	68,3	-0,8	-0,5	-1,5	-1,0
Espanha	2 661	2 714	28,7	22,5	23,0	23,4	-3,0	-0,7	2,0	0,5
Alemanha	1 509	1 401	12,9	12,3	13,0	12,1	-6,7	-0,9	-7,1	-0,9
França	1 461	1 369	12,6	11,8	12,6	11,8	-0,8	-0,1	-6,3	-0,8
R.Unido	622	599	6,0	5,3	5,4	5,2	3,3	0,2	-3,6	-0,2
P. Baixos	446	494	3,5	4,2	3,9	4,3	13,7	0,5	10,7	0,4
Itália	418	444	4,1	3,7	3,6	3,8	7,5	0,3	6,4	0,2
Bélgica	376	384	2,6	3,1	3,3	3,3	0,6	0,0	2,0	0,1
Suécia	143	104	1,3	1,0	1,2	0,9	-8,6	-0,1	-27,1	-0,3
Dinamarca	77	88	0,7	0,7	0,7	0,8	14,5	0,1	13,8	0,1
Alargamento	376	378	2,4	3,2	3,3	3,3	2,6	0,1	0,5	0,0
Polónia	106	107	0,7	0,9	0,9	0,9	-3,7	0,0	1,1	0,0
Extra UE-27	3 151	3 301	22,9	28,9	27,2	28,5	13,0	3,5	4,7	1,3
dos quais:										
Angola	622	668	4,4	6,6	5,4	5,8	23,1	1,3	7,5	0,4
EUA	511	524	4,7	4,1	4,4	4,5	12,6	0,5	2,5	0,1
China	221	142	0,5	1,7	1,9	1,2	29,5	0,4	-35,8	-0,7
Brasil	147	181	0,7	1,5	1,3	1,6	19,9	0,3	23,7	0,3
Marrocos	145	174	0,5	1,0	1,3	1,5	8,2	0,1	19,7	0,2
Argélia	75	175	0,2	0,9	0,6	1,5	51,5	0,4	133,1	0,9
Suiça	101	104	0,7	0,9	0,9	0,9	5,8	0,1	3,2	0,0
Turquia	89	92	0,6	0,8	0,8	0,8	14,8	0,1	3,8	0,0
Venezuela	69	45	0,0	0,7	0,6	0,4	45,1	0,2	-34,4	-0,2
Moçambique	77	73	0,2	0,6	0,7	0,6	11,6	0,1	-4,8	0,0
Por memória:										
Gibraltar	80	83	0,0	0,7	0,7	0,7	4,5	0,0	3,6	0,0
PALOP	786	823	5,4	8,0	6,8	7,1	18,2	1,3	4,7	0,3
EFTA	131	138	1,0	1,1	1,1	1,2	7,6	0,1	5,7	0,1

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2012.

[1] Últimos 12 meses a terminar em março de 2013.

[2] $(\text{abr } 12\text{-mar } 13) / (\text{abr } 11\text{-mar } 12) \times 100 - 100$.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: $(\text{TVH}) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$.

Importações de Mercadorias

De janeiro a março de 2013, as importações de mercadorias registaram uma variação homóloga negativa de 7,2% (Quadro 3.6).

Destaca-se o contributo das importações dos grupos de produtos “Energéticos” (-3,4 p.p.), “Máquinas” (-1,5 p.p.) e “Material de Transporte” (-1,3 p.p.) para a redução das importações nos primeiros três meses de 2013.

O comportamento das importações de produtos “Agroalimentares”, com um contributo positivo de 0,9 p.p. contrariou este decréscimo das importações.

A UE-27 mantém-se como principal mercado de origem das importações portuguesas (70,7%).

No primeiro trimestre de 2013, as importações de mercadorias provenientes do mercado comunitário decresceram, em termos homólogos, 9,0%, sendo que as provenientes dos países da UE-15 diminuíram 9,3%. As importações provenientes dos países do Alargamento decresceram 0,7%.

As importações de mercadorias provenientes de países terceiros também decresceram (-2,5%), em termos homólogos. Angola destaca-se como sendo o principal mercado extracomunitário de origem das importações de mercadorias (6,0% do total). Seguem-se a China (2,5%) e a Rússia (1,9%).

Quadro 3.6. Importações de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados

Grupos de Produtos	10 ⁶ Euros (Cif)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
	jan-mar		Anual		jan-mar		12 meses ^[1]		jan-mar	
	2012	2013	2007	2012	2012	2013	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
TOTAL DAS IMPORTAÇÕES	14 507	13 466	100,0	100,0	100,0	100,0	-5,9	-5,9	-7,2	-7,2
Grupos de Produtos										
000-Agro-Alimentares	2 039	2 168	12,6	15,6	14,1	16,1	1,5	0,2	6,3	0,9
100-Energéticos	3 142	2 653	13,4	20,6	21,7	19,7	-1,6	-0,3	-15,6	-3,4
200-Químicos	2 388	2 308	13,4	16,7	16,5	17,1	-1,3	-0,2	-3,3	-0,6
300-Pele, Mad, Cortiça e Papel	596	599	4,7	4,3	4,1	4,4	-9,5	-0,4	0,4	0,0
400-Têxteis, Vestuário e Calçado	985	909	6,7	6,5	6,8	6,8	-9,8	-0,7	-7,7	-0,5
500-Minérios e Metais	1 225	1 161	10,3	8,2	8,4	8,6	-9,3	-0,8	-5,3	-0,4
600-Máquinas [4]	2 136	1 917	20,2	14,7	14,7	14,2	-9,7	-1,5	-10,2	-1,5
700-Material de Transporte [5]	1 276	1 086	13,0	8,4	8,8	8,1	-19,5	-1,9	-14,9	-1,3
800-Prod. Acabados Diversos	720	665	5,7	5,1	5,0	4,9	-7,9	-0,4	-7,5	-0,4
Total sem energéticos	11 366	10 813	86,6	79,4	78,3	80,3	-6,9	-5,6	-4,9	-3,8
Mercados de origem										
Intra UE-27	10 463	9 521	76,6	71,8	72,1	70,7	-7,3	-5,3	-9,0	-6,5
dos quais:										
UE-15	10 112	9 172	74,8	69,2	69,7	68,1	-7,7	-5,4	-9,3	-6,5
Espanha	4 692	4 172	31,1	31,8	32,3	31,0	-8,0	-2,6	-11,1	-3,6
Alemanha	1 716	1 590	14,0	11,5	11,8	11,8	-10,4	-1,3	-7,4	-0,9
França	958	894	8,7	6,6	6,6	6,6	-5,9	-0,4	-6,7	-0,4
Itália	729	684	5,5	5,3	5,0	5,1	-6,5	-0,3	-6,2	-0,3
Países Baixos	681	645	4,7	4,9	4,7	4,8	0,2	0,0	-5,2	-0,2
Reino Unido	450	382	3,7	3,0	3,1	2,8	-14,0	-0,5	-15,1	-0,5
Bélgica	376	341	2,9	2,5	2,6	2,5	-6,6	-0,2	-9,2	-0,2
Suécia	154	132	1,1	1,0	1,1	1,0	-11,8	-0,1	-14,2	-0,2
Irlanda	114	130	0,8	1,0	0,8	1,0	1,0	0,0	13,7	0,1
Alargamento	352	349	1,8	2,7	2,4	2,6	5,4	0,1	-0,7	0,0
Extra UE-27	4 044	3 945	23,4	28,2	27,9	29,3	-2,2	-0,6	-2,5	-0,7
dos quais:										
Angola	576	807	0,6	3,2	4,0	6,0	30,3	0,8	40,3	1,6
China	336	339	1,8	2,4	2,3	2,5	-6,0	-0,2	0,7	0,0
Brasil	416	187	2,3	2,4	2,9	1,4	-29,8	-0,8	-55,1	-1,6
EUA	222	235	1,6	1,7	1,5	1,7	-3,4	-0,1	5,8	0,1
Nigéria	193	153	1,7	1,6	1,3	1,1	-31,0	-0,7	-20,4	-0,3
Arábia Saudita	268	178	0,7	1,6	1,8	1,3	-20,3	-0,3	-33,6	-0,6
Argélia	200	124	1,0	1,4	1,4	0,9	-6,9	-0,1	-37,7	-0,5
Cazaquistão	193	106	0,5	1,4	1,3	0,8	-23,9	-0,4	-45,3	-0,6
Azerbaijão	101	0	0,1	0,9	0,7	0,0	1,6	0,0	-100,0	-0,7
Guiné Equatorial	118	0	0,7	0,8	0,8	0,0	39,6	0,2	-100,0	-0,8
Rússia	152	256	0,9	0,8	1,0	1,9	-4,8	0,0	68,5	0,7
Líbia	60	51	1,3	0,7	0,4	0,4	552,2	0,6	-13,9	-0,1
Camarões	73	169	0,0	0,7	0,5	1,3	207,8	0,5	132,4	0,7
OPEP ^[6]	1 397	1 412	6,3	9,4	9,6	10,5	7,5	0,6	1,1	0,1
EFTA	136	100	1,9	0,9	0,9	0,7	-40,5	-0,5	-26,5	-0,2
PALOP	583	829	0,7	3,2	4,0	6,2	28,4	0,8	42,2	1,7

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Importações: somatório das importações de mercadorias provenientes da UE com as importações de Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2012.

[1] Últimos 12 meses a terminar em março de 2013.

[2] (abr 12-mar 13)/(abr 11-mar 12) x 100 - 100.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das importações - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[4] Não inclui tractores.

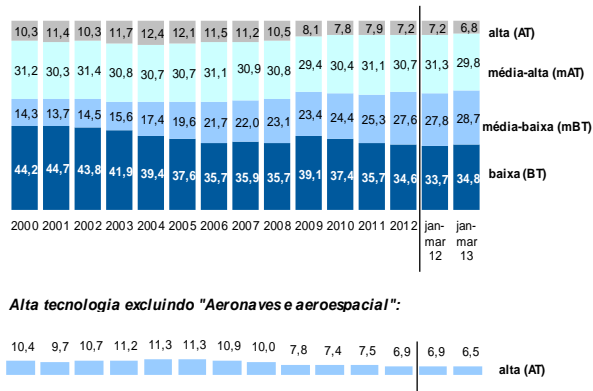
[5] Inclui tractores.

[6] Inclui Angola.

Comércio Internacional Português por grau de Intensidade Tecnológica

Nos primeiros três meses de 2013, as exportações de produtos industriais transformados cresceram, em termos homólogos, 0,3%. As exportações de produtos de média intensidade tecnológica representaram mais de metade do total das exportações destes produtos (58,5%) (Figura 3.4 e Quadro 3.7).

Figura 3.4. Exportações de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



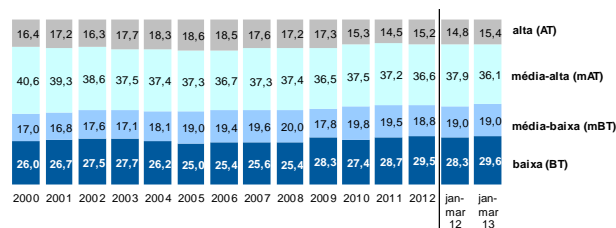
Fonte: Quadro 3.7. Exportações e Importações de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

Definição da Intensidade Tecnológica de acordo com a metodologia proposta pela OCDE (STI Scoreboard 2003): Alta Intensidade Tecnológica (ISIC Rev.3 2423, 30, 32, 33, 353); Média-alta (24 excl. 2423, 29, 31, 34, 352+359); Média-baixa (23, 25-28, 351); Baixa (15-22, 36-37).

As exportações de produtos de baixa e média-baixa tecnologia contribuíram positivamente para o crescimento homólogo das exportações de produtos industriais transformados (+1,2 p.p. e +1,0 p.p. respetivamente), enquanto as exportações dos produtos de média-alta e alta intensidade tecnológica registaram contributos negativos (-1,4 p.p. e -0,4 p.p. respetivamente).

As importações de produtos industriais transformados decresceram, em termos homólogos, 7,5%, sendo os produtos de média-alta e média baixa tecnologia os que mais contribuíram para esta redução (-4,5 p.p. e -1,4 p.p., respetivamente).

Figura 3.5. Importações de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Fonte: Quadro 3.7. Exportações e Importações de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

Definição da Intensidade Tecnológica de acordo com a metodologia proposta pela OCDE (STI Scoreboard 2003): Alta Intensidade Tecnológica (ISIC Rev.3 2423, 30, 32, 33, 353); Média-alta (24 excl. 2423, 29, 31, 34, 352+359); Média-baixa (23, 25-28, 351); Baixa (15-22, 36-37).

Quadro 3.7. Exportações e Importações* de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica

Intra + Extra-UE

Valores em 1000 Euros

Intensidade Tecnológica	2012	janeiro a março		Taxas variação (%)			%total prod. indust. transf.				Contributos ^[1] (p.p.)			
				média 2007-12	2012-11	jan-mar 2013-12	2011	2012	jan-mar		2012	jan-mar 2013		
		2012	2013						2012	2013				
EXPORTAÇÕES														
Total dos prod. indust. transformados	42 836 769	10 929 392	10 965 153	3,4	6,3	0,3	100,0	100,0	100,0	100,0	6,3	0,3		
Alta tecnologia	3 072 744	790 770	743 932	-5,5	-3,3	-5,9	7,9	7,2	7,2	6,8	-0,3	-0,4		
- Sem Aeronáutica e aeroespacial ^[2]	2 933 695	746 765	712 530	-5,7	-2,3	-4,6	7,5	6,9	6,9	6,5	-0,2	-0,3		
Média-alta tecnologia	13 143 520	3 419 966	3 266 107	3,2	4,7	-4,5	31,1	30,7	31,3	29,8	1,5	-1,4		
Média-baixa tecnologia	11 807 175	3 036 159	3 143 888	8,1	15,7	3,5	25,3	27,6	27,8	28,7	4,0	1,0		
Baixa tecnologia	14 813 331	3 682 497	3 811 226	2,6	3,1	3,5	35,7	34,6	33,7	34,8	1,1	1,2		
<i>Por memória:</i>														
Total das Exportações	45 323 953	11 567 973	11 600 944	3,4	5,8	0,3	100,0	100,0	100,0	100,0	5,8	0,3		
Residual ^[3]	2 487 184	638 581	635 791	4,3	-1,3	-0,4	5,9	5,5	5,5	5,5	-0,1	0,0		
IMPORTAÇÕES														
Total dos prod. indust. transformados	42 822 677	11 016 663	10 194 021	-3,2	-9,5	-7,5	100,0	100,0	100,0	100,0	-9,5	-7,5		
Alta tecnologia	6 513 672	1 629 167	1 565 722	-5,9	-5,2	-3,9	14,5	15,2	14,8	15,4	-0,8	-0,6		
- Sem Aeronáutica e aeroespacial ^[2]	6 178 692	1 584 266	1 487 901	-5,4	-6,4	-6,1	14,0	14,5	14,4	14,7	-0,9	-0,9		
Média-alta tecnologia	15 664 570	4 175 449	3 675 584	-3,5	-11,1	-12,0	37,2	36,6	37,9	36,1	-4,1	-4,5		
Média-baixa tecnologia	8 033 089	2 090 826	1 935 993	-4,0	-12,9	-7,4	19,5	18,8	19,0	19,0	-2,5	-1,4		
Baixa tecnologia	12 611 347	3 121 222	3 016 722	-0,4	-7,2	-3,3	28,7	29,5	28,3	29,6	-2,1	-0,9		
<i>Por memória:</i>														
Total das Importações	56 234 325	14 507 448	13 465 682	-1,3	-5,1	-7,2	100,0	100,0	100,0	100,0	-5,1	-7,2		
Residual ^[3]	13 411 648	3 490 785	3 271 662	6,8	12,4	-6,3	20,1	23,8	24,1	24,3	2,5	-1,5		

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Definição da Intensidade Tecnológica de acordo com a metodologia proposta pela OCDE (STI Scoreboard 2003): Alta Intensidade Tecnológica (ISIC Rev.3 2423, 30, 32, 33, 353); Média-alta (24 excl. 2423, 29, 31, 34, 352+359); Média-baixa (23, 25-28, 351); Baixa (15-22, 36-37).

[1] Contributos para a taxa de crescimento das Exportações/Importações de produtos industriais transformados, em pontos percentuais – análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[2] Os dados referentes aos produtos de AT não são directamente comparáveis para os anos de 2004 e 2005 uma vez que, a partir de 1 de Janeiro de 2005, as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na balança de Serviços. O mesmo sucede para os dados de 2005 e 2006, na medida em que, a partir de 1 de Janeiro de 2006, o mesmo tratamento foi aplicado às aeronaves provenientes dos países terceiros.

[3] Total das Exportações (Importações) – Exportações (Importações) de produtos industriais transformados.

Comércio Internacional de Bens e Serviços

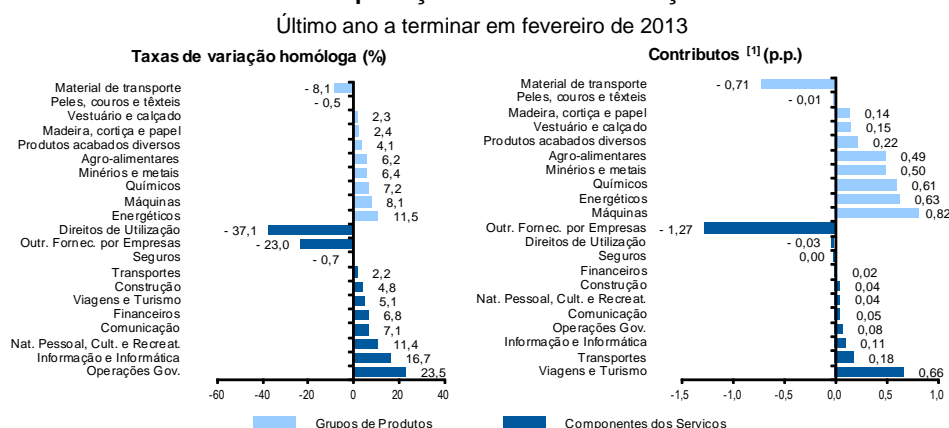
De acordo com os dados divulgados para a Balança de Pagamentos para o mês de fevereiro de 2013, nos primeiros dois meses de 2013, as “Exportações” (crédito) de Bens e Serviços registaram um crescimento homólogo de 2,5%. A componente dos Bens contribuiu positivamente (+1.7 p.p.) para o crescimento das exportações totais.

Nos primeiros dois meses de 2013, a componente dos Serviços representou 25,5% do total das “Exportações” e contribuiu positivamente (+0.8 p.p.) para o seu crescimento. Do lado das “Importações” (débito) o peso desta componente foi de 16,0% no total e o seu comportamento reforçou o decréscimo das “Importações” totais (-5,6%) em 0,3 p.p. (Quadro 3.8).

No painel esquerdo da Figura 3.6 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços no último ano a terminar em fevereiro de 2013, com base em dados do INE para as “Exportações” de Bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as “Exportações” de Serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das “Exportações” de Bens e Serviços.

No período em análise, destacou-se o contributo positivo dos produtos “Máquinas” (+0,82 p.p.) e dos “Energéticos” (+0,63 p.p.). Na componente dos serviços, continuam a destacar-se os contributos das rubricas de Viagens e Turismo (+0,66 p.p.) e Transportes (+0,18 p.p.).

Figura 3.6. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes



Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal, para as Exportações de bens e serviços, e do INE, para o cálculo da estrutura das exportações de Bens. A distribuição do contributo das Exportações de Bens (dados da Balança de Pagamentos, banco de Portugal) pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do Comércio Internacional do INE para as Exportações de Bens (somatório das Exportações de mercadorias para a UE com as Exportações para Países Terceiros).

[1] Contributos - análise shift-share: $\text{TVH} \times \text{Peso no período homólogo anterior} \div 100$. O somatório corresponde à TVH das Exportações de Bens e Serviços nos últimos 12 meses, de acordo com as estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal (2,7%).

Quadro 3.8. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

	jan-fev		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos				
			Anual		jan-fev		média anual 07-12	12 meses [1]		jan-fev	
	2012	2013	2007	2012	2012	2013		VH [2]	contrib. p.p. [3]	VH	contrib. p.p. [3]
CRÉDITO (Exportações)											
Bens e Serviços	9 959	10 204	100,0	100,0	100,0	100,0	3,1	2,7	2,7	2,5	2,5
Bens	7 434	7 601	69,4	70,4	74,6	74,5	3,4	4,0	2,8	2,2	1,7
Serviços	2 525	2 602	30,6	29,6	25,4	25,5	2,4	-0,3	-0,1	3,1	0,8
Transportes	827	826	7,7	8,3	8,3	8,1	4,7	2,2	0,2	-0,1	0,0
Viagens e Turismo	872	911	13,3	13,3	8,8	8,9	3,1	5,1	0,7	4,4	0,4
Comunicação	74	76	1,0	0,9	0,7	0,7	-1,4	7,1	0,1	2,0	0,0
Construção	66	79	1,1	0,9	0,7	0,8	-1,4	4,8	0,0	19,4	0,1
Seguros	15	13	0,2	0,2	0,1	0,1	0,3	-0,7	0,0	-10,2	0,0
Financeiros	28	37	0,4	0,4	0,3	0,4	-0,4	6,8	0,0	29,5	0,1
Informação e Informática	80	79	0,4	0,7	0,8	0,8	15,0	16,7	0,1	-12	0,0
Direitos de Utilização	11	6	0,1	0,1	0,1	0,1	-10,2	-37,1	0,0	-45,0	0,0
Outr. Fornec. por Empresas	467	494	5,6	4,1	4,7	4,8	-3,3	-23,0	-1,3	5,8	0,3
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	46	44	0,3	0,4	0,5	0,4	7,9	11,4	0,0	-3,4	0,0
Operações Governamentais	39	37	0,3	0,4	0,4	0,4	8,6	23,5	0,1	-4,2	0,0
DÉBITO (Importações Fob)											
Bens e Serviços	10 719	10 123	100,0	100,0	100,0	100,0	-1,1	-6,8	-6,8	-5,6	-5,6
Bens	9 070	8 503	84,7	83,9	84,6	84,0	-1,3	-6,4	-5,3	-6,2	-5,3
Serviços	1 649	1 620	15,3	16,1	15,4	16,0	0,0	-9,1	-1,5	-1,8	-0,3
Transportes	527	501	4,9	5,0	4,9	5,0	-0,3	-5,4	-0,3	-4,8	-0,2
Viagens e Turismo	428	440	4,2	4,6	4,0	4,3	0,5	-0,8	0,0	3,0	0,1
Comunicação	69	68	0,7	0,6	0,6	0,7	-3,6	-2,7	0,0	-1,9	0,0
Construção	17	17	0,2	0,2	0,2	0,2	-3,7	-14,0	0,0	-3,9	0,0
Seguros	43	42	0,3	0,4	0,4	0,4	5,4	6,2	0,0	-2,0	0,0
Financeiros	52	45	0,3	0,7	0,5	0,4	16,0	-20,5	-0,2	-13,2	-0,1
Informação e Informática	56	70	0,4	0,6	0,5	0,7	4,7	-14,6	-0,1	26,2	0,1
Direitos de Utilização	63	72	0,5	0,5	0,6	0,7	1,4	-7,3	0,0	14,2	0,1
Outr. Fornec. por Empresas	284	277	3,0	2,6	2,7	2,7	-3,6	-26,2	-0,9	-2,3	-0,1
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	94	72	0,5	0,8	0,9	0,7	6,0	-4,1	0,0	-23,2	-0,2
Operações Governamentais	17	15	0,3	0,2	0,2	0,1	-13,1	8,3	0,0	-11,3	0,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal.

Notas:

Valores Fob para a Importação de bens.

[1] 12 meses até fevereiro de 2013.

[2] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share: $(\text{TVH}) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$. Medem a proporção de crescimento das Exportações/Importações atribuível a cada categoria especificada.

Destaques

Previsões Macroeconómicas da CE, FMI e OCDE - Primavera de 2013

Nos meses de abril e maio de 2013, o FMI, a CE e a OCDE divulgaram as previsões de Primavera, concludendo uma atualização das projeções macroeconómicas para 2013 e 2014. Face às previsões de Inverno, o PIB mundial foi revisto em baixa abrangendo quer o conjunto das economias avançadas quer os países emergentes e em desenvolvimento.

Para 2013 e 2014, o conjunto das economias avançadas deverá continuar a expandir-se com taxas modestas (em cerca de 1,7%, em média). Contudo, enquanto para os EUA se espera que a procura interna mantenha um crescimento elevado, associado à recente recuperação do mercado de habitação e à evolução relativamente favorável do mercado de trabalho, a economia da União Europeia deve continuar estagnada em 2013 e recuperar ligeiramente no ano seguinte, com evoluções muito distintas entre os Estados membros. Os países emergentes e em desenvolvimento deverão manter um crescimento mais robusto (especialmente China e Índia), devendo o PIB aumentar 5,5%, em média, nestes dois anos (4,9% em 2012), apesar de desacelerar face à década de 2000.

As perspetivas económicas apresentadas caracterizam-se por uma elevada incerteza, especialmente para a área do euro. Com efeito, o prosseguimento da crise da dívida soberana nos países periféricos e o alastramento a um conjunto alargado de outras economias (Espanha e Itália) e, a recente crise financeira do Chipre têm tido um impacto significativo nos custos de financiamento e nos níveis de confiança dos agentes económicos.

Figura 1. PIB a preços constantes

	2011	2012	(variação anual, em %)						Desvios face a Inverno de 2012, em p.p.					
			2013			2014			2013			2014		
			CE	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE
Economia Mundial	4,2	3,0	3,1	3,3	3,1	3,8	4,0	4,0	-0,1	-0,2	-0,3	-0,1	-0,1	-0,2
Economias Avançadas	1,6	1,2	1,1	1,2	:	2,1	2,2	:	0,0	-0,2	:	0,0	0,0	:
EUA	1,8	2,2	1,9	1,9	1,9	2,6	3,0	2,8	0,0	-0,1	-0,1	0,0	0,0	0,0
Japão	-0,6	2,0	1,4	1,6	1,6	1,6	1,4	1,4	0,4	0,4	0,9	0,0	0,7	0,6
União Europeia	1,6	-0,3	-0,1	0,0	:	1,4	1,3	:	-0,2	-0,2	:	-0,2	-0,1	:
Reino Unido	1,0	0,3	0,6	0,7	0,8	1,7	1,5	1,5	-0,3	-0,3	-0,1	-0,2	-0,4	-0,1
Área do Euro	1,4	-0,6	-0,4	-0,3	-0,6	1,2	1,1	1,1	-0,1	-0,1	-0,5	-0,2	0,1	-0,2
Alemanha	3,0	0,7	0,4	0,6	0,4	1,8	1,5	1,9	-0,1	0,0	-0,2	-0,2	0,1	0,0
França	1,7	-0,1	-0,1	-0,1	-0,3	1,1	0,9	0,8	-0,2	-0,4	-0,6	-0,1	0,0	-0,5
Itália	0,4	-2,4	-1,3	-1,5	-1,8	0,7	0,5	0,4	-0,3	-0,5	-0,8	-0,1	0,0	-0,2
Espanha	0,4	-1,4	-1,5	-1,6	-1,7	0,9	0,7	0,4	-0,1	-0,1	-0,3	-0,1	-0,1	-0,1
Portugal	-1,6	-3,2	-2,3	-2,3	-2,7	0,6	0,6	0,2	-0,4	-1,3	-0,9	-0,2	-0,2	-0,7
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	6,8	4,9	5,2	5,3	:	5,6	5,7	:	-0,2	-0,2	:	-0,1	-0,2	:
Rússia	4,3	3,4	3,3	3,4	2,3	3,8	3,8	3,6	-0,4	-0,3	-1,5	-0,1	0,0	-0,5
China	9,3	7,8	8,0	8,0	7,8	8,1	8,2	8,4	0,0	-0,2	-0,7	0,0	-0,3	-0,5
Índia	6,8	4,1	5,7	5,7	5,3	6,6	6,2	6,4	-0,1	-0,2	-1,2	0,0	-0,2	-0,7
Brasil	2,7	0,9	3,0	3,0	2,9	3,6	4,0	3,5	-0,5	-0,5	-1,1	-0,4	0,0	-0,6

Fontes: FMI, *World Economic Outlook*, abril 2013; Comissão Europeia, *Economic Forecast*, e OCDE, *Economic Outlook*, maio 2013.

Após uma contração em 2012, o PIB da área do euro deve continuar a apresentar uma variação negativa em 2013, estando previsto uma recuperação da atividade económica a partir do 2º semestre deste ano, a qual se irá prolongar em 2014, estando previsto um crescimento do PIB em torno de 1% em média anual, influenciada pela interrupção da quebra da procura interna e pela aceleração do crescimento das exportações.

De salientar, contudo, os progressos alcançados, na área do euro, em termos de construção da união bancária europeia e de aplicação de medidas não convencionais de política monetária do BCE. Estes desenvolvimentos contribuíram para afastar o risco de fragmentação da área do euro e traduziram-se na melhoria das condições dos mercados financeiros internacionais, na diminuição dos prémios de risco, na apreciação da taxa de câmbio do euro face ao dólar e no aumento da confiança ainda não totalmente repercutida na economia real dos diferentes países da área do euro. Com efeito, a melhoria das condi-

ções de financiamento dos países periféricos da área do euro mais atingidos pela crise de dívida soberana, embora tenha vindo a contribuir para a redução do diferencial de rendibilidade das taxas de juro de longo prazo desses países face à Alemanha ainda não se transmitiu às famílias e empresas.

Com efeito, a procura interna da área do euro deve continuar a diminuir em 2013 em resultado do prosseguimento da quebra do consumo privado e de um novo recuo do investimento. As exportações, apesar de abrindar, o contributo das exportações líquidas para o produto deve manter-se positivo em 2013.

Quanto à taxa de inflação, as projeções do FMI apontam para uma desaceleração na generalidade das economias avançadas, para se situar em níveis próximos de 1,7% 2013 (2,0% em 2012); enquanto para o conjunto dos países emergentes e em desenvolvimento, deve permanecer, em média, em 5,9%. Para a área do euro e EUA, a taxa de inflação média deve diminuir, estando previsto em ambos situar-se abaixo de 2% em 2013.

O preço do petróleo deve desacelerar em 2013 e 2014, para se situar, em média, no conjunto destes dois anos, em cerca de 100 USD/bbl, invertendo a tendência ascendente registada nos últimos três anos. No caso dos preços das matérias-primas não energéticas, as projeções das instituições internacionais preveem uma quebra neste período, a qual se configura menos acentuada do que a registada em 2012, devido à aceleração dos preços dos produtos agrícolas e dos metais, estes últimos resultando da forte procura proveniente dos países emergentes, especialmente asiáticos.

Figura 2. Taxa de inflação e preço das matérias-primas

	(variação anual, em %)						Desvios face a Inverno de 2012, em p.p.*						
	2012	2013			2014			2013			2014		
		CE	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE
Economias Avançadas	2,0	:	1,7	:	:	2,0	:	:	0,1	:	:	0,2	:
EUA	2,1	1,8	1,8	1,6	2,1	1,7	1,9	0,0	0,0	-0,2	-0,1	:	-0,1
Japão	0,0	0,2	0,1	-0,1	1,8	3,0	1,8	0,0	0,3	0,4	1,4	:	0,5
União Europeia	2,6	1,8	1,9	:	1,7	1,8	:	-0,2	0,1	:	0,0	:	:
Reino Unido	2,8	2,8	2,7	2,8	2,5	2,5	2,4	0,2	0,8	0,9	0,2	:	0,6
Área do Euro	2,5	1,6	1,7	1,5	1,5	1,5	1,2	-0,2	0,1	-0,1	0,0	:	0,0
Alemanha	2,1	1,8	1,6	1,6	1,6	1,7	2,0	0,0	-0,3	-0,3	-0,1	:	0,0
França	2,2	1,2	1,6	1,1	1,7	1,5	1,0	-0,4	0,6	-0,2	0,2	:	-0,2
Itália	3,3	1,6	2,0	1,6	1,5	1,4	1,2	-0,4	0,2	-0,3	-0,2	:	0,3
Espanha	2,4	1,5	1,9	1,5	0,8	1,5	0,4	-0,2	-0,5	0,3	-0,2	:	0,0
Portugal	2,8	0,7	0,7	0,0	1,0	1,0	0,2	0,1	0,0	-0,8	-0,2	:	-0,8
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	5,9	:	5,9	:	:	5,6	:	:	-0,2	:	:	0,1	:
Rússia	5,1	:	6,9	6,6	:	6,2	5,4	:	0,3	0,2	:	:	1,1
China	2,6	:	3,0	2,5	:	3,0	2,6	:	0,0	1,0	:	:	1,2
Índia	9,3	:	10,8	8,4	:	10,7	6,9	:	1,2	0,7	:	:	0,3
Brasil	5,4	:	6,1	6,2	:	4,7	5,2	:	1,2	0,9	:	:	0,0
<i>em memória:</i>													
Preço médio do petróleo Brent (USD/bbl)	111,8	104,9	102,6	100,0	99,2	97,6	100,0	-8,8	2,9	-12,8	-7,2	0,8	-17,8
Preço das matérias primas excl. prod. energ. (taxa de variação, em %)	-10,1	-2,5	-0,9	:	-0,1	-4,3	:	-0,5	2,1	:	0,9	-1,3	:

Fontes: FMI, *World Economic Outlook*, abril 2013; Comissão Europeia, *Economic Forecast*, e OCDE, *Economic Outlook*, maio 2013. * P/FMI, os desvios referem-se a outubro de 2012 e janeiro de 2013, de acordo com os valores disponíveis.

Associado à debilidade da atividade económica, o mercado de trabalho deve deteriorar-se na área do euro, estando previsto uma nova quebra do emprego em 2013 (em cerca de 1%), traduzindo uma grande disparidade de situações entre os diferentes países. Assim, a taxa de desemprego deve aumentar para cerca de 12,2% para a média da área do euro, em 2013 (11,4% em 2012), tendência que se estende à generalidade dos países.

Figura 3. Taxa de desemprego

	(Em % da População Activa)							Desvios face a Inverno de 2012, em p.p.*				
	2012	2013			2014			2013			2014	
		CE	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE	OCDE
Economias Avançadas	8,0	:	8,2	:	:	8,1	:	:	0,1	:	:	:
EUA	8,1	7,7	7,7	7,5	7,2	7,5	7,0	0,1	-0,4	-0,3	0,2	-0,5
Japão	4,3	4,3	4,1	4,2	4,2	4,1	4,1	0,0	-0,3	-0,2	0,0	-0,2
Área do Euro	11,4	12,2	12,3	12,1	12,1	12,3	12,3	0,0	0,8	0,2	0,0	0,3
Alemanha	5,5	5,4	5,7	5,0	5,3	5,6	4,8	-0,3	0,4	-0,5	-0,3	-0,8
França	10,2	10,6	11,2	10,7	10,9	11,6	11,1	-0,1	0,7	0,0	-0,1	0,2
Itália	10,7	11,8	12,0	11,9	12,2	12,4	12,5	0,2	0,9	0,5	0,2	0,7
Espanha	25,0	27,0	27,0	27,3	26,4	26,5	28,0	0,1	1,9	0,4	-0,2	1,2
Portugal	15,7	18,2	18,2	18,2	18,5	18,5	18,6	0,9	2,2	1,3	1,7	2,0
Bélgica	7,6	8,0	8,0	8,4	8,0	8,1	8,8	0,3	0,1	0,7	0,3	1,1
Irlanda	14,7	14,2	14,2	14,3	13,7	13,7	14,1	-0,4	-0,2	-0,4	-0,4	-0,5
Grécia	24,3	27,0	27,0	27,8	26,0	26,0	28,4	0,0	1,6	1,1	0,3	1,2
Chipre	11,9	15,5	:	:	16,9	:	:	1,8	:	:	2,7	:
Malta	6,4	6,3	6,4	:	6,1	6,3	:	-0,1	0,6	:	-0,1	:
Luxemburgo	5,1	5,5	6,3	6,7	5,8	6,4	6,7	0,1	0,2	0,1	0,1	0,0
Países Baixos	5,3	6,9	6,3	6,4	7,2	6,5	7,0	0,6	0,6	0,6	0,7	0,9
Áustria	4,3	4,7	4,6	4,7	4,7	4,5	4,7	0,2	0,1	0,0	0,5	0,0
Eslovénia	8,9	10,0	9,8	10,2	10,3	9,4	10,3	0,2	0,8	0,5	0,3	0,5
Finlândia	7,7	8,1	8,1	8,2	8,0	8,1	8,1	0,1	0,3	0,2	0,1	0,3
Eslováquia	14,0	14,5	14,3	14,6	14,1	14,3	14,7	0,5	0,8	1,0	0,5	1,7
Estónia	10,2	9,7	7,8	9,7	9,0	6,2	9,3	-0,1	-1,3	0,6	0,0	0,6
União Europeia	10,5	11,1	:	:	11,1	:	:	0,0	:	:	0,1	:
Reino Unido	7,9	8,0	7,8	8,0	7,9	7,8	7,9	0,0	-0,3	-0,3	0,1	-0,1
Dinamarca	7,5	7,7	7,6	7,4	7,6	7,2	7,3	-0,3	2,3	0,0	-0,3	0,0
Suécia	8,0	8,3	8,1	8,2	8,1	7,8	8,1	0,3	0,4	0,3	0,3	0,5
Polónia	10,1	10,9	:	10,8	11,4	:	11,3	0,1	:	0,3	0,5	0,6
Rep. Checa	7,0	7,5	8,1	7,3	7,4	8,4	7,5	-0,1	0,1	0,1	0,1	0,4

Fontes: FMI, *World Economic Outlook*, abril 2013; Comissão Europeia, *Economic Forecast*, e OCDE, *Economic Outlook*, maio 2013. * P/FMI, os desvios para 2013 referem-se a outubro de 2012.

Iniciativas e Medidas Legislativas

1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
<p>Reunião Conselho ECOFIN</p> <p>14 de maio de 2013</p>	<p>Do debate ocorrido no Conselho ECOFIN de 14 de maio de 2013 destacam-se os seguintes temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li data-bbox="483 398 1351 770">▪ Recuperação e Resolução Bancária: O Conselho debateu a proposta de Diretiva de Recuperação e Resolução Bancária, em particular no que respeita ao quadro de <i>bail-in</i>, i.e., ao financiamento da resolução bancária através da imputação de perdas a acionistas e credores. Do debate ficou clara a convergência de posições quanto ao âmbito alargado de <i>bail-in</i>, com uma lista limitada de exclusões, e o apoio alargado relativamente ao estabelecimento de uma preferência em insolvência de depósitos acima de 100.000 EUR. Foi, ainda, reafirmada a garantia total de que os depósitos até 100.000 EUR gozam ao abrigo dos sistemas de garantia de depósitos. A Presidência concluiu, ainda, que o acordo final passará pelo equilíbrio entre uma utilização harmonizada do <i>bail-in</i> e alguma margem de manobra na sua aplicação. <li data-bbox="483 786 1351 1122">▪ Orçamento da União – Orçamento Retificativo n.º 2 de 2013: O Conselho chegou a acordo político relativamente à proposta de orçamento retificativo n.º 2 de 2013, o qual tem por objetivo regularizar necessidades de pagamento no orçamento de 2013. O Conselho concordou em disponibilizar 7.3 mil milhões de fundos adicionais, a serem disponibilizados para medidas de apoio ao crescimento económico, criação de emprego e combate ao desemprego, em especial dos mais jovens. O Conselho adotou ainda uma declaração confirmando a sua disponibilidade para tomar todas as medidas necessárias para garantir o cumprimento das obrigações da UE quando a Comissão Europeia tiver mais informação relativa à execução do orçamento. <li data-bbox="483 1137 1351 1373">▪ Tributação da Poupança: O Conselho adotou um mandato autorizando a Comissão Europeia a negociar, em nome da UE, uma alteração aos acordos em matéria de tributação da poupança assinados em 2004 com Suíça, Liechtenstein, Mónaco, Andorra e San Marino. Pretende-se, assim, assegurar que estes cinco países continuarão a aplicar medidas equivalentes às da Diretiva Poupança, a qual está atualmente em processo de revisão tendo em vista um reforço da sua eficácia. <li data-bbox="483 1388 1351 1624">▪ Evasão e Fraude Fiscais: O Conselho adotou conclusões sobre esta matéria, salientando a necessidade de uma combinação de esforços aos níveis nacional, comunitário e global para combater a fraude e a evasão fiscais, bem como o planeamento fiscal agressivo. O Conselho confirmou igualmente o seu apoio ao desenvolvimento de esforços adicionais a nível nacional, da UE, do G8, do G20, da OCDE e a nível global no que se refere à troca automática de informação. <li data-bbox="483 1639 1351 2080">▪ Desequilíbrios Macroeconómicos – Análise aprofundada: O Conselho Ecofin aprovou conclusões relativas às análises aprofundadas elaboradas pela Comissão Europeia no âmbito do procedimento relativo aos desequilíbrios excessivos. Nestas conclusões, o Conselho concorda com os resultados da análise de que todos os estados-membros identificados estão sujeitos a desequilíbrios macroeconómicos de diversa natureza e magnitude, reconhecendo que nos casos de Espanha e da Eslovénia aos desequilíbrios são excessivos. Neste enquadramento, o Conselho tomou em consideração a intenção da Comissão Europeia de avaliar as medidas apresentadas nos programas nacionais de reforma e nos programas de estabilidade destes estados-membros, a fim de determinar se as medidas apresentadas são adequadas para resolver esses desequilíbrios excessivos, convidando a Comissão a considerar, com base nessa avaliação, se será necessário

Iniciativa	Sumário
	<p>avançar no Procedimento por Desequilíbrios Excessivos.</p> <p>Recorde-se que estas análises surgem na sequência dos resultados da aplicação do <i>Scoreboard</i>, instrumento que tem por objetivo identificar a existência, preferencialmente numa fase precoce, de desequilíbrios macroeconómicos nos países da UE e, a partir do qual a Comissão Europeia identificou os estados-membros onde existem ou poderiam vir a existir riscos de tais desequilíbrios.</p> <p>O Conselho Ecofin aprovou ainda sem debate uma Decisão dirigida a Chipre, estabelecendo os elementos do programa de ajustamento para os próximos três anos e definindo a condicionalidade associada ao mesmo. O programa tem como objetivos restaurar a solidez do sistema bancário, a continuação do processo de consolidação orçamental e o apoio à melhoria da competitividade e ao fomento de um crescimento económico sustentável e equilibrado.</p> <p>O Conselho Ecofin aprovou igualmente sem debate conclusões relativas à área única de pagamentos em euros (SEPA) para as transferências a crédito e os débitos diretos em euros. Em particular, é chamada a atenção para o facto de a data limite para migração para a SEPA prevista no Regulamento (UE) n.º 260/2012, 1 de fevereiro de 2014, se aproximar rapidamente sem que a migração esteja finalizada na maior parte dos estados-membros e sem que as entidades afetadas pela migração (empresas na generalidade, em particular PME, administrações públicas) estejam sensibilizadas para o assunto. Por esse motivo, o Conselho Ecofin apela aos estados-membros para que intensifiquem as ações de sensibilização quanto à migração para a SEPA até ao início do verão e aos prestadores de serviços de pagamentos para que familiarizem os seus clientes com os elementos da SEPA.</p>
<p>Orçamento Retificativo para 2013</p> <p>Conselho de Ministros de 30 de maio</p>	<p>Aprovou a proposta de Orçamento Retificativo para 2013.</p> <p>As medidas incluídas no Orçamento Retificativo visam substituir as medidas que foram objeto de declaração de inconstitucionalidade pelo Tribunal Constitucional.</p>
<p>Impulso Jovem</p> <p>Conselho de Ministros de 30 de maio</p>	<p>Aprovou a revisão do Plano Estratégico de Iniciativas de Promoção de Empregabilidade Jovem - Impulso Jovem, tendo como objetivo uma maior racionalidade e simplificação do mesmo.</p>
<p>Preço dos medicamentos</p> <p>Conselho de Ministros de 30 de maio</p>	<p>Aprovou a alteração do regime geral das participações do Estado no preço dos medicamentos, alterando o processo de aprovação e os prazos de definição dos preços de referência.</p> <p>Este diploma visa promover uma maior dinâmica de utilização de medicamentos genéricos e promoção de poupanças, permitindo-se que a criação de grupos homogéneos de medicamentos e definição de respetivos preços de referência possa ocorrer de forma mensal, apesar de se manter a periodicidade de revisão trimestral.</p>
<p>Incentivos ao investimento</p> <p>Conselho de Ministros de 23 de maio</p>	<p>Aprovou uma proposta de lei e um decreto-lei que contém um pacote de incentivos fiscais ao investimento que permitirão iniciar a recuperação da atividade económica e a criação de emprego.</p> <p>Este pacote é constituído por um Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento (CFEI), e por outras medidas fiscais de promoção do investimento, designadamente o reforço do Regime Fiscal de Apoio ao Investimento (RFAI) e o reforço dos benefícios fiscais ao investimento de natureza contratual.</p> <p>O Governo decidiu também reduzir o prazo para prestação de informações vinculativas em matéria fiscal e criar o Gabinete Fiscal de Apoio ao Investidor Internacional. Detalha-se alguns pontos das medidas agora aprovadas:</p>

Iniciativa	Sumário
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento (CFEI): <ul style="list-style-type: none"> ▪ Incentivo fiscal ao investimento para montantes até 5M€, realizado entre 1 de Junho e 31 de Dezembro de 2013, sendo dedutível à coleta por um período de cinco anos; ▪ Dedução à coleta de IRC de 20% do montante investido, desde que não exceda 70% do montante daquela coleta; ▪ Podem beneficiar do CFEI todos os sectores de atividade que cumpram cumulativamente as condições: tenham contabilidade organizada, lucro tributável não tenha sido determinado através de métodos indiretos e não tenham dívidas ao Fisco nem à Segurança Social. ▪ Reforço do Regime Fiscal de Apoio ao Investimento (RFAI): <ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento do período de vigência do regime de 2013 para 2017; ▪ Aumento do limite do benefício dos atuais 25% para 50% da coleta de IRC. ▪ Alargamento dos Benefícios Fiscais ao Investimento de Natureza Contratual: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Redução do valor do investimento mínimo exigido para acesso ao regime dos atuais 5M€ para 3M€, alargando a aplicação do regime a um maior número de investimentos; ▪ Estabelecimento de um prazo máximo de 60 dias úteis a contar da data da pronúncia Conselho Interministerial de Coordenação dos Incentivos Fiscais ao Investimento para aprovação do benefício. ▪ Redução do Prazo de Resposta de Informações Vinculativas: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Redução em 30 dias do prazo de resposta máximo aos pedidos de informação vinculativa em matéria fiscal, o prazo é atualmente de 60 dias, visando garantir maior segurança e estabilidade aos investidores. ▪ Gabinete Fiscal de Apoio ao Investidor Internacional: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação de pontos de contacto que articulem de forma mais eficaz a relação entre os investidores e a administração tributária. Equipa da Autoridade Tributária e Aduaneira trabalhará em articulação com a AICEP.
Publicitação dos benefícios concedidos pela Administração Pública	<p>Aprovou uma proposta de lei que regula a obrigatoriedade de publicitação dos benefícios concedidos pela Administração Pública a particulares, tendo como objetivo o reforço dos mecanismos de transparência.</p>
Conselho de Ministros de 23 de maio	<p>Passam a contemplar-se os apoios decorrentes de receitas próprias de entidades públicas, e, no respeitante aos beneficiários desses apoios, são incluídas todas as entidades públicas que se encontrem fora do perímetro do setor das administrações públicas no âmbito do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, visando-se os chamados «Estado paralelo» ou «Administração Pública paralela», constituídos pelo conjunto de entidades com elevada dependência de apoios públicos e de natureza, pública ou privada, não claramente definida.</p> <p>É ainda facilitado o cumprimento das obrigações de publicitação e reporte, com racionalização dos custos associados, impondo-se a desmaterialização dessa publicitação através da sua exibição em local dedicado nos respetivos sítios na Internet e no da IGF.</p>
Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) e o Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (FGCT).	<p>Aprovou uma proposta de lei que cria o Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) e o Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (FGCT), resultante de um processo de concertação com os parceiros sociais e aplica-se aos contratos de trabalho celebrados após a sua entrada em vigor.</p> <p>O FCT é um fundo de capitalização individual, a ser acionado pelo empregador, que visa garantir o pagamento de metade do valor da compensação devida por</p>

Iniciativa	Sumário
Conselho de Ministros de 9 de maio	<p>cessação do contrato de trabalho. Cria-se ainda o Mecanismo Equivalente (ME), a constituir em entidades sujeitas à supervisão do Banco de Portugal ou do Instituto de Seguros de Portugal, I.P., enquanto meio alternativo ao FCT, pelo qual o empregador fica vinculado a conceder ao trabalhador garantia igual à que resultaria da vinculação ao FCT.</p> <p>O FGCT é um fundo de natureza mutualista, que poderá ser acionado pelo trabalhador nos casos em que não tenha recebido do empregador, pelo menos, o montante correspondente a metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho.</p> <p>A adesão ao FCT determina, para o empregador, a obrigatoriedade de efetuar entregas, em montante equivalente a 0,925% da retribuição base e diuturnidades, por cada trabalhador abrangido. Por sua vez, a adesão ao FCT ou a ME determina, para o empregador, a obrigatoriedade de efetuar entregas para o FGCT, em valor correspondente a 0,075% da retribuição base e diuturnidades, por cada trabalhador abrangido.</p>
Empresas do setor do Turismo Conselho de Ministros de 9 de maio	<p>Aprovou a alteração do diploma que estabelece as condições de acesso e de exercício da atividade das empresas de animação turística e dos operadores marítimo-turísticos, conformando-o com a diretiva comunitária relativa aos serviços no mercado interno, nomeadamente no que se refere à simplificação de procedimentos da burocracia e dos obstáculos no acesso à atividade.</p> <p>É eliminado o registo como condição de acesso e de exercício da atividade, substituindo esta permissão administrativa pela mera comunicação prévia ou por comunicação prévia com prazo quando seja requerido o reconhecimento de atividades de turismo de natureza, a realizar através de formulário eletrónico disponível no Registo Nacional dos Agentes de Animação Turística (RNAAT), acessível através do balcão único eletrónico de serviços e do sítio na Internet do Turismo de Portugal, I.P.</p> <p>São reforçados os instrumentos de fiscalização e dos deveres de informação e antecipa-se uma redução muito significativa das taxas previstas para o acesso à atividade, cujo valor passa a refletir o grau de complexidade do serviço efetivamente prestado pela Administração.</p>
Racionalização da estrutura do grupo CGD Conselho de Ministros de 2 de maio	<p>Aprovou o processo de alienação das empresas seguradoras do grupo Caixa Geral de Depósitos (CGD) - Fidelidade, Companhia de Seguros, S.A., Multicare, Seguros de Saúde, S.A., e Cares, Companhia de Seguros, S.A. - cujo modelo de base consiste na venda direta a investidores de referência, nacionais ou estrangeiros, mediante procedimento competitivo.</p> <p>A venda direta de referência poderá ser realizada de forma direta ou indireta, constituindo a alienação do conjunto dos ativos seguradores da CGD um modelo que assegura a preservação da unidade estratégica do grupo segurador.</p> <p>Aprovou também a alienação de um máximo de 5% de ações a trabalhadores das empresas seguradoras do grupo CGD, bem como a possibilidade de se proceder à alienação de participações minoritárias mediante oferta pública de venda, que pode ser combinada com uma venda direta institucional, caso se justifique para a adequação da estrutura acionista das empresas a alienar e maximização do encaixe financeiro resultante da operação.</p>
DEO 2013-2017 Conselho de Ministros de 30 de abril	<p>Aprovou o Documento de Estratégia Orçamental 2013 -2017.</p>

2. Seleção de Medidas Legislativas

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Lei de Enquadramento Orçamental (LEO)</i></p> <p>Portaria n.º 166/2013. D.R. n.º 82, Série I de 2013-04-29</p>	<p>Procede à revisão do calendário de implementação da estratégia e dos procedimentos a implementar até 2015, no âmbito da Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), nos termos do disposto no artigo 2.º da Lei n.º 64-C/2011, de 30 de dezembro. Revoga a Portaria n.º 103/2012, de 17 de Abril.</p>
<p><i>Fundo de Apoio à Inovação</i></p> <p>Despacho n.º 5727/2013. D.R. n.º 84, Série II de 2013-05-02</p>	<p>Alteração e aprovação do novo Regulamento de Gestão do Fundo de Apoio à Inovação, que passa a denominar-se Regulamento do Fundo de Apoio à Inovação (FAI).</p>
<p><i>Campanha de Informação - eletricidade e de gás natural</i></p> <p>Despacho n.º 5729/2013. D.R. n.º 84, Série II de 2013-05-02</p>	<p>Aprova as linhas gerais de execução da Campanha de Informação e Esclarecimento dos consumidores de eletricidade e de gás natural a realizar no ano de 2013.</p>
<p><i>Disponibilidade dos centros electroprodutores</i></p> <p>Portaria n.º 172/2013. D.R. n.º 85, Série I de 2013-05-03</p>	<p>Estabelece o regime de verificação da disponibilidade dos centros electroprodutores.</p>
<p><i>Cessação antecipada dos CAE - compensações</i></p> <p>Parecer n.º 39/2012. D.R. n.º 87, Série II de 2013-05-07</p>	<p>Apuramento dos coeficientes de disponibilidade para determinação do valor dos ajustamentos anuais das compensações devidas aos titulares de centros electroprodutores pela cessação antecipada dos contratos de aquisição de energia - implicações dos encargos com o financiamento da tarifa social de energia elétrica nos contratos de aquisição de energia (CAE) ainda subsistentes e nos custos de manutenção do equilíbrio contratual (CMEC) decorrentes da cessação antecipada dos CAE.</p>
<p><i>Lei de Bases da Economia Social</i></p> <p>Lei n.º 30/2013. D.R. n.º 88, Série I de 2013-05-08</p>	<p>Lei de Bases da Economia Social.</p>
<p><i>Participação de Portugal no BEI</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 28/2013. D.R. n.º 88, Série I de 2013-05-08</p>	<p>Autoriza o Ministro de Estado e das Finanças a dar execução à Decisão do Conselho de Governadores do Banco Europeu de Investimento, de 31 de dezembro de 2012, no que se refere ao aumento do capital do Banco.</p>
<p><i>Plano Nacional de Voluntariado 2013-2015</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 29/2013. D.R. n.º 88, Série I de 2013-05-08</p>	<p>Aprova o Plano Nacional de Voluntariado 2013-2015.</p>
<p><i>Operações de crédito</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 58/2013. D.R. n.º 88, Série I de 2013-05-08</p>	<p>Estabelece as normas aplicáveis à classificação e contagem do prazo das operações de crédito, aos juros remuneratórios, à capitalização de juros e à mora do devedor.</p>
<p><i>Infraestruturas de gás natural</i></p> <p>Diretiva n.º 6/2013. D.R. n.º 88, Série II de 2013-05-08</p>	<p>Atribuição de capacidade das infraestruturas durante os meses de julho, agosto e setembro de 2013.</p>
<p><i>Produtores de eletricidade em regime especial</i></p> <p>Diretiva n.º 7/2013. D.R. n.º 88, Série II de 2013-05-08</p>	<p>Estabelece para o ano de 2013 os valores dos parâmetros para determinação da taxa da anuidade a 5 anos a aplicar à transferência intertemporal de proveitos permitidos referentes aos sobrecustos com aquisição de eletricidade a produtores em regime especial.</p>
<p><i>Lei Orgânica do XIX Governo Constitucional</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 60/2013. D.R. n.º 89, Série I de 2013-05-09</p>	<p>Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 86-A/2011, de 12 de julho, que aprova a Lei Orgânica do XIX Governo Constitucional.</p>
<p><i>Práticas individuais restritivas do comércio</i></p> <p>Lei n.º 31/2013. D.R. n.º 90, Série I de 2013-05-10</p>	<p>Concede autorização legislativa ao Governo no âmbito da aprovação do regime jurídico aplicável às práticas individuais restritivas do comércio.</p>

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Programa de Estágios Profissionais</i></p> <p>Declaração de Retificação n.º 24/2013. D.R. n.º 90, Série I de 2013-05-10</p>	<p>Retifica a Portaria n.º 120/2013, de 26 de março, do Ministério da Economia e do Emprego, que procede à terceira alteração à Portaria n.º 92/2011 de 28 de fevereiro, que regula o Programa de Estágios Profissionais, publicada no Diário da República n.º 60, 1.ª Série, de 26 de março de 2013.</p>
<p><i>Orçamento do Estado para 2013</i></p> <p>Declaração de Retificação n.º 25/2013. D.R. n.º 90, Série I de 2013-05-10</p>	<p>Retifica o Decreto-Lei n.º 36/2013, de 11 de março, do Ministério das Finanças, que estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2013, publicado no Diário da República n.º 49, 1.ª Série, de 11 de Março.</p>
<p><i>Cooperação administrativa no domínio da fiscalidade- UE</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 61/2013. D.R. n.º 90, Série I de 2013-05-10</p>	<p>No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, transpõe a Diretiva n.º 2011/16/UE, do Conselho, de 15 de fevereiro de 2011, relativa à cooperação administrativa no domínio da fiscalidade e que revoga a Diretiva n.º 77/799/CEE, do Conselho, de 19 de dezembro de 1977.</p>
<p><i>Atrasos no pagamento de transações comerciais</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 62/2013. D.R. n.º 90, Série I de 2013-05-10</p>	<p>Estabelece medidas contra os atrasos no pagamento de transações comerciais, e transpõe a Diretiva n.º 2011/7/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de fevereiro de 2011.</p>
<p><i>Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Coletivo</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 63-A/2013. D.R. n.º 90, Suplemento, Série I de 2013-05-10</p>	<p>No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 25/2013, de 8 de abril, aprova o novo Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Coletivo, transpõe as Diretivas n.ºs 2009/65/CE, de 13 de julho de 2009, 2010/43/UE, de 1 de julho de 2010, 2010/44/UE, de 1 de julho de 2010, e parcialmente, a Diretiva n.º 2010/78/UE, de 24 de novembro de 2010, e procede ainda à introdução de alterações ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras e ao Código dos Valores Mobiliários.</p>
<p><i>Porto comercial de Viana do Castelo</i></p> <p>Resolução da Assembleia da República n.º 62/2013. D.R. n.º 91, Série I de 2013-05-13</p>	<p>Recomenda ao Governo que considere prioritária a obra de construção do novo acesso rodoviário ao porto comercial de Viana do Castelo e garanta o financiamento público necessário para a concretização deste projeto.</p>
<p><i>Portagens nas ex-scuts</i></p> <p>Resolução da Assembleia da República n.º 64/2013. D.R. n.º 91, Série I de 2013-05-13</p>	<p>Recomenda ao Governo o fim das portagens nas ex-scuts na região de Aveiro, nomeadamente o «Pórtico do Estádio», assim como a não introdução de novas portagens.</p>
<p><i>Fundo de Estabilização Tributário</i></p> <p>Portaria n.º 177/2013. D.R. n.º 91, Série I de 2013-05-13</p>	<p>Fixa, para o ano de 2012 a percentagem do montante das cobranças coercivas derivadas dos processos de execução fiscal instaurados pelos serviços da Autoridade Tributária e Aduaneira a afetar ao Fundo de Estabilização Tributário.</p>
<p><i>Turismo religioso</i></p> <p>Resoluções da Assembleia da República n.º 65/2013 e n.º 66/2013. D.R. n.º 92, Série I de 2013-05-14</p>	<p>Recomenda ao Governo que considere o turismo religioso produto estratégico no âmbito do PENT - Plano Estratégico Nacional do Turismo.</p>
<p><i>Gestão Global do Sistema do setor elétrico</i></p> <p>Diretiva n.º 8/2013. D.R. n.º 93, Série II de 2013-05-15</p>	<p>Aprovação do Manual de Procedimentos da Gestão Global do Sistema do setor elétrico.</p>
<p><i>Contadores bi-horários e tri-horários</i></p> <p>Diretiva n.º 7-A/2013. D.R. n.º 92, 2.º Suplemento, Série II de 2013-05-14</p>	<p>Determinação de medidas corretivas, de intervenção e de compensação aos clientes resultantes da auditoria aos contadores bi-horários e tri-horários da EDP Distribuição.</p>
<p><i>Contrato de investimento - rescisão</i></p> <p>Despacho n.º 6291/2013. D.R. n.º 93, Série II de 2013-05-15</p>	<p>Aprova a rescisão do contrato de investimento celebrado entre a AICEP - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E., a Sociedade Alentejana de Investimentos e Participações (SAIP), SGPS, S.A. e a SAIP Turismo - Sociedade Alentejana de Investimento e Promoção, S.A..</p>
<p><i>Contrato de investimento</i></p> <p>Despacho n.º 6292/2013. D.R. n.º 93, Série II de 2013-05-15</p>	<p>Aprova a minuta do contrato de investimento, e respetivos anexos, a celebrar entre o Estado Português, representado pela Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal,</p>

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
E.P.E. e a Casfil - Indústria de Plásticos, S.A.	
<p><i>Contrato de investimento</i></p> <p>Despacho n.º 6293/2013. D.R. n.º 93, Série II de 2013-05-15</p>	<p>Aprova a minuta do contrato de investimento, e respetivos anexos, a celebrar entre o Estado Português, representado pela Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E., a Marope, SGPS, S.A., a Marope Hotelaria, S.A. e a Marope Algarve - Hotéis de Portugal, S.A.</p>
<p><i>Áreas regionais de turismo</i></p> <p>Lei n.º 33/2013. D.R. n.º 94, Série I de 2013-05-16</p>	<p>Estabelece o regime jurídico das áreas regionais de turismo de Portugal continental, a sua delimitação e características, bem como o regime jurídico da organização e funcionamento das entidades regionais de turismo.</p>
<p><i>Campanha de Informação e Esclarecimento dos consumidores de eletricidade e de gás natural – 2013</i></p> <p>Despacho n.º 6472-A/2013. D.R. n.º 95, Suplemento, Série II de 2013-05-17</p>	<p>Determina a prorrogação até às 23 horas e 59 minutos do dia 30 de junho de 2013 o período de apresentação de candidaturas a que se refere o n.º 1 do artigo 16.º do «Regulamento do Programa de Apoio a Ações de Âmbito Regional e Local da Campanha de 2013», aprovado pelo despacho n.º 5729/2013, de 17 de abril.</p>
<p><i>Fundos europeus no ciclo 2014-2020</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013. D.R. n.º 96, Série I de 2013-05-20</p>	<p>Define os Pressupostos do Acordo de Parceria a negociar entre o Estado Português e a Comissão Europeia, estabelecendo as principais linhas de intervenção dos fundos europeus estruturais e de investimento no ciclo 2014-2020.</p>
<p><i>Programa de Parcerias Internacionais</i></p> <p>Declaração de Retificação n.º 26-A/2013. D.R. n.º 96, Suplemento, Série I de 2013-05-20</p>	<p>Retifica a Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2013, de 21 de março, que autoriza a realização da despesa relativa à celebração dos contratos da segunda fase do Programa de Parcerias Internacionais, à aquisição de conteúdos a disponibilizar via b-on e às quotizações de Portugal em organizações internacionais, publicada no Diário da República n.º 57, 1.ª Série, de 21 de março de 2013.</p>
<p><i>Lei Orgânica do XIX Governo Constitucional</i></p> <p>Declaração de Retificação n.º 27/2013. D.R. n.º 97, Série I de 2013-05-21</p>	<p>Retifica o Decreto-Lei n.º 60/2013, de 9 de maio, da Presidência do Conselho de Ministros, que procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 86-A/2011, de 12 de julho, que aprova a Lei Orgânica do XIX Governo Constitucional, publicado no Diário da República n.º 89/2013, de 9 de maio.</p>
<p><i>Atividade de comércio a retalho não sedentária</i></p> <p>Portaria n.º 191/2013. D.R. n.º 100, Série I de 2013-05-24</p>	<p>Fixa a informação a constar no formulário eletrónico para apresentação da mera comunicação prévia, aprova os modelos do cartão de feirante e de vendedor ambulante e do letreiro identificativo em suporte duradouro e estabelece o custo da respetiva emissão.</p>
<p><i>Distribuição local de gás natural</i></p> <p>Portaria n.º 193-A/2013. D.R. n.º 101, Suplemento, Série I de 2013-05-27</p>	<p>Primeira alteração à Portaria n.º 1213/2010, de 2 de dezembro que aprova os requisitos para a atribuição e transmissão da licença da distribuição local de gás natural, os fatores de ponderação dos critérios de seleção e avaliação, o respetivo modelo de licença.</p>
<p><i>Regime de IVA de caixa</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 71/2013. D.R. n.º 104, Série I de 2013-05-30</p>	<p>No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, aprova o regime de contabilidade de caixa em sede de Imposto sobre o Valor Acrescentado (regime de IVA de caixa), e altera o Código do IVA, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de dezembro.</p>

Abreviaturas Utilizadas

